

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	7

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto operacional	8
NOTA 2 – Resumo das principais práticas e políticas contábeis.....	10
NOTA 3 – Apresentação retrospectiva de saldos de períodos anteriores modificados	21
NOTA 4 – Caixa e equivalentes de caixa	22
NOTA 5 – Contas a receber	25
NOTA 6 – Estoques.....	26
NOTA 7 – Outros valores e bens	26
NOTA 8 – Ativo não circulante.....	30
NOTA 9 – Investimentos.....	31
NOTA 10 – Imobilizado	32
NOTA 11 – Intangível	33
NOTA 12 – Passivo circulante.....	33
NOTA 13 – Passivo não circulante	37
NOTA 14 – Patrimônio líquido.....	50
NOTA 15 – Demonstração do resultado do exercício	51
NOTA 16 – Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....	54
NOTA 17 – Seguro dos bens	56
NOTA 18 – Partes relacionadas	57
NOTA 19 – Outras informações	58
NOTA 20 – Eventos subsequentes	59

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante		4.386.777	4.372.506	4.417.674	4.404.655
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.689.027	1.164.313	1.718.673	1.196.100
Contas a Receber	5	2.134.685	2.570.820	2.134.685	2.570.820
Estoques	6	81.257	71.777	81.257	71.777
Outros Valores e Bens	7	481.808	565.596	483.059	565.957
Créditos com Pessoas Ligadas	7.1	55.227	61.786	55.199	61.704
Adiantamentos	7.2	130.649	122.742	130.649	122.774
Impostos e Encarg. Sociais a Compensar	7.3	276.952	348.638	278.231	349.049
Cobrança Jurídica/Inadimplência	7.4	5.347	967	5.347	967
Outros Créditos	7.5	13.633	31.463	13.633	31.463
Não Circulante	8	10.101.670	11.136.671	10.070.773	11.104.554
Realizável a Longo Prazo		2.773.394	3.833.721	2.771.035	3.831.868
Aplicações	4.3	354.956	790.578	354.956	790.578
Outras Aplicações - DPV	8.1	4.411	4.411	4.411	4.411
Imóveis Funcionais Vendidos	8.2	18	2	18	2
Tributos Diferidos	2.1.b	661.268	2.687.195	661.268	2.687.195
Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos	8.3	111.875	107.776	111.875	107.776
Valores a Compensar	8.4	1.535.650	139.492	1.535.650	139.492
Convênio Postal Saúde	8.5	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros	8.6	5.216	4.267	2.857	2.413
Investimentos	9	575.838	556.902	547.300	526.638
Investimentos Permanentes	9.1	547.334	526.672	547.334	526.672
(-) Perda ao Valor Recuperável		(34)	(34)	(34)	(34)
CorreiosPar	9.2	28.538	30.264	-	-
Imobilizado	10	6.646.491	6.632.705	6.646.491	6.632.705
Imóveis		5.671.243	5.680.945	5.671.243	5.680.945
(-) Depreciação Acumulada		(329.909)	(297.352)	(329.909)	(297.352)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.115.612	3.104.294	3.115.612	3.104.294
(-) Depreciação Acumulada		(1.759.529)	(1.804.256)	(1.759.529)	(1.804.256)
Intangível	11	105.947	113.343	105.947	113.343
Softwares		351.928	326.717	351.928	363.717
(-) Amortização		(245.981)	(250.374)	(245.981)	(250.374)
TOTAL DO ATIVO		14.488.447	15.509.177	14.488.447	15.509.209

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante	12	3.932.684	4.112.402	3.932.684	4.112.434
Fornecedores	12.1	785.733	700.630	785.733	700.630
Salários e Consignações	12.2	1.192.310	1.097.590	1.192.310	1.097.622
Encargos Sociais	12.3	260.903	213.097	260.903	213.097
Impostos e Contribuições	12.4	162.322	154.250	162.322	154.250
Arrecadações e Recebimentos	12.5	48.480	58.595	48.480	58.595
Adiantamentos de Clientes	12.6	5.433	3.680	5.433	3.680
Contas Internacionais a Pagar	12.7	86.149	104.460	86.149	104.460
Precatórios Judiciais	12.8	89.145	87.840	89.145	87.840
Provisões com Patrocinadas/Mantidas	12.9	410.054	398.501	410.054	398.501
Empréstimos e Financiamentos	12.10	999	-	999	-
Participação nos Lucros e Resultados	12.11	26.600	29.667	26.600	29.667
Receitas a Apropriar	12.12	19.068	17.537	19.068	17.537
Benefício Pós-Emprego	13.1	421.992	331.107	421.992	331.107
Obrigações Financeiras a Pagar	12.13	290.720	864.391	290.720	864.391
Convênio Postal Saúde	12.14	76.857	20.632	76.857	20.632
Outros Débitos	12.15	55.919	30.425	55.919	30.425
Não Circulante	13	10.269.681	9.934.188	10.269.681	9.934.188
Empréstimos e Financiamentos	12.10	720.924	-	720.924	-
Benefício Pós-Emprego	13.1	8.006.643	7.204.117	8.006.643	7.204.117
Passivos Contingentes	13.2	474.740	438.939	474.740	438.939
Tributos Compensados	13.3	11.203	10.911	11.203	10.911
Tributos Diferidos	13.4	473.321	1.755.386	473.321	1.755.386
Mandados e Precatórios	13.5	18.642	38.163	18.642	38.163
Obrigações Financeiras a Pagar	12.13	564.208	486.672	564.208	486.672
Patrimônio Líquido	14	286.082	1.462.587	286.082	1.462.587
Capital	14.1	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	14.2	4.488.380	3.275.631	4.488.380	3.275.631
Outros Resultados Abrangentes	14.3	(3.965.979)	(3.036.788)	(3.965.979)	(3.036.788)
Prejuízos Acumulados	14.4	(3.415.777)	(1.955.714)	(3.415.777)	(1.955.714)
TOTAL DO PASSIVO		14.488.447	15.509.177	14.488.447	15.509.209

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
		2016	2015	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	15.1	18.216.901	17.138.728	18.216.901	17.138.728
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	15.2	(15.429.599)	(14.611.729)	(15.429.599)	(14.611.729)
LUCRO BRUTO		2.787.302	2.526.999	2.787.302	2.526.999
Despesas com Vendas/Serviços	15.3	(875.282)	(1.204.293)	(875.282)	(1.204.293)
Despesas Gerais e Administrativas	15.4	(3.782.856)	(3.753.241)	(3.788.380)	(3.754.792)
Resultado de Participação em Controlada	15.5	(1.479)	346	-	-
Outras Receitas Operacionais	15.6	1.209.724	248.127	1.209.732	248.127
Outras Despesas Operacionais	15.7	(198.701)	(170.206)	(198.901)	(170.302)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(861.292)	(2.352.268)	(865.529)	(2.354.261)
Receitas Financeiras	15.8	761.261	824.918	765.538	827.164
Despesas Financeiras	15.9	(557.049)	(554.294)	(557.089)	(554.304)
RESULTADO FINANCEIRO		204.212	270.624	208.449	272.860
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(657.080)	(2.081.644)	(657.080)	(2.081.401)
Imposto de Renda	16.1	(821.115)	(29.113)	(821.115)	(29.291)
Contribuição Social	16.1	(11.310)	(10.481)	(11.310)	(10.546)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
	2016	2015	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício				
Aumento/Redução da Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(1.407.866)	1.642.689	(1.407.866)	1.642.689
Aumento/Redução do Imposto de Renda Relacionado com Itens de Outros Resultados Abrangentes	478.674	(558.514)	478.674	(558.514)
Aumento/Redução em Outros Resultados Abrangentes	(929.192)	1.084.176	(929.191)	1.084.176
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(2.418.697)	(1.037.063)	(2.418.696)	(1.037.063)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
		LEGAL	LUCROS A REALIZAR				
2015							
Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)	3.179.458	274.303	33.934	(185.234)	(4.120.962)	3.296.110	2.477.609
Aumento de Capital:							
Resultado do período	-	-	-	(2.121.238)	-	-	(2.121.238)
Destinação do Lucro/Absorção Prejuízo:							
- Reserva Legal	-	(274.303)	-	274.303	-	-	-
- Lucros a Realizar	-	-	(33.934)	33.934	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.084.174	-	1.084.174
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	42.521	-	(20.479)	22.042
Saldo em 31/12/2015	3.179.458	-	-	(1.955.714)	(3.036.788)	3.275.631	1.462.587
2016							
Aumento de Capital:							
Resultado do Período	-	-	-	(1.489.505)	-	-	(1.489.505)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(929.191)	-	(929.191)
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	29.442	-	(29.442)	-
Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	-	1.242.191	1.242.191
Saldo em 31/12/2016	3.179.458	-	-	(3.415.777)	(3.965.979)	4.488.380	286.082

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro Líquido do Período	(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
<u>Itens de Resultado que não interferem no Caixa</u>				
Depreciação e Amortização	273.976	270.558	273.976	270.558
Resultado de Participação em Controlada	1.479	(346)	-	-
Provisões	1.298.624	1.396.351	1.298.624	1.396.351
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	12.606	26.477	12.606	26.477
Receita de Variação Patrimonial	(54.398)	(63.583)	(54.398)	(63.583)
Imunidade Tributária	(575.042)	-	(575.042)	-
<u>Mutações Patrimoniais</u>				
Aumento do Contas a Receber	436.134	(462.264)	436.134	(462.264)
Aumento dos Estoques	(9.479)	(16.138)	(9.479)	(16.138)
Aumento do Convênio Postal Saúde	6.505	(56.661)	6.505	(56.579)
Aumento/Diminuição de Outros Valores e Bens	77.230	(17.768)	76.395	(18.212)
Diminuição/Aumento dos Realizável a Longo Prazo	(1.401.222)	(2.253)	(1.401.222)	(399)
Aumento dos Fornecedores	(313.399)	437.104	(313.399)	437.104
Aumento dos Salários e Consignações	94.720	24.503	94.688	24.534
Aumento/Diminuição das Outras Obrigações	(775.334)	(775.572)	(775.157)	(775.654)
Diminuição das Receitas Recebidas Antecipadamente	1.531	(1.395)	1.531	(1.395)
Diminuição das Provisões/Mandados e Precatórios	2.082.828	294.903	2.082.828	294.903
Recursos Líquidos gerados pelas atividades operacionais	(332.746)	(1.067.322)	(334.915)	(1.065.535)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações Financeiras	435.622	1.275.856	435.622	1.275.856
Dividendos a Receber	54	-	54	-
Juros sobre Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	28	-
Adições de Ativo Imobilizado	(290.305)	(392.461)	(290.305)	(392.461)
Adições de Ativo Intangível	(26.147)	(38.330)	(26.147)	(38.330)
Baixas do Ativo Imobilizado	14.791	6.396	14.791	6.396
Baixas do Ativo Intangível	1	-	1	-
Baixas das Propriedades para Investimento	1.520	8.004	1.520	8.004
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	135.536	859.465	135.564	859.465
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	721.923	(3.358)	721.923	(3.358)
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	721.923	(3.358)	721.923	(3.358)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	524.713	(211.215)	522.572	(209.428)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
	2016	2015	2016	2015
1 RECEITAS	20.037.948	17.979.035	20.039.427	17.978.689
1.1 Receitas Operacionais	18.878.380	17.765.336	18.878.380	17.765.336
1.2 Perda de Credito de Liquidação Duvidosa	(50.662)	(34.774)	(50.662)	(34.774)
1.3 Receitas Não-Operacionais	1.026.262	23.406	1.026.262	23.406
1.4 Outras Receitas Operacionais	183.968	225.067	185.447	224.721
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	8.033.797	7.266.378	8.037.409	7.267.759
2.1 Custo dos Serviços Prestados	5.593.357	5.573.290	5.593.357	5.573.378
2.2 Serviços Adquiridos de Terceiros	155.718	145.582	159.352	145.596
2.3 Materiais Consumidos	64.837	12.895	64.837	14.109
2.4 Propaganda e Comunicação	114.030	199.115	114.096	199.179
2.5 Utilidades e Serviços	3.396	6.383	3.442	6.383
2.6 Provisões diversas	2.102.459	1.329.113	2.102.325	1.329.113
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	12.004.151	10.712.657	12.002.018	10.710.930
4 RETENÇÕES	273.976	270.558	273.976	270.558
4.1 Depreciação/Amortização	273.976	270.558	273.976	270.558
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	11.730.175	10.442.099	11.728.042	10.440.372
6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	761.262	824.918	765.547	827.164
6.1 Receitas Financeiras	761.262	824.918	765.547	827.164
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	12.491.437	11.267.017	12.493.589	11.267.536

II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

7 REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	10.771.117	10.266.423	10.772.790	10.266.423
7.1 Salários, Honorários e Benefícios	10.147.066	9.674.733	10.148.648	9.674.733
7.2 Encargos Sociais	624.051	591.690	624.142	591.690
8 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	2.724.989	2.765.899	2.743.437	2.766.393
8.1 INSS	1.603.410	1.519.703	1.603.639	1.519.703
8.2 Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSSL)	1.139.579	1.174.137	1.139.798	1.174.253
8.3 Imposto de Renda e Contribuição Social	-	72.059	-	72.437
9 REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	466.836	355.933	466.866	355.958
9.1 Aluguéis, Juros, Variação Cambial	439.149	336.664	439.177	336.689
9.2 Outras Remunerações a Terceiros	27.687	19.269	27.690	19.269
10 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
10.1 Lucro/Reserva Retidos	(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	12.491.437	11.267.017	12.493.589	11.267.536

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília-DF, e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos, em todo o Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a Correiospar, com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020. No exercício de 2016, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias.

O Plano Estratégico Correios 2020 foi concebido com vistas a fornecer orientação clara e decisiva para os negócios da organização em relação a seu futuro. Para atender à Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016 foi necessário realizar nova avaliação do planejamento estratégico, fato que ocorreu no final do segundo semestre de 2016, quando iniciou-se o Programa de Transformação dos Correios, que apresenta como um dos seus objetivos a atualização da estratégia da empresa em conformidade com a referida lei.

1.1 – Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional dos Correios

Em razão dos resultados negativos auferidos nos últimos dois exercícios e na busca atender à demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC, ações tem sido adotadas para reverter a atual situação dos Correios, bem como atender a recomendação do Conselho de Administração (CA) de se criar um Programa de Recuperação Financeira e da Qualidade dos Correios (PRFQ) para promover a geração de resultados positivos a serem refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. A Empresa decidiu, como uma das iniciativas para reversão, implantar o Programa de Transformação dos Correios, doravante denominado Programa “DEZ em 1”.

Para tanto, face à envergadura dessa iniciativa, foi contratado parceiro externo para apoiar nesse grande desafio de reverter a difícil situação econômico-financeira atual em que se encontram os Correios.

Em 10/11/2016 foi assinado contrato CRT 226/2016 entre os Correios e a Accenture do Brasil LTDA, para a prestação de serviços de consultoria técnica-especializada, para implantar o Programa DEZ em 1.

O referido Programa consiste em um conjunto de iniciativas, com duração de 36 meses, que tem como objetivo principal reverter a atual situação econômico-financeira em que se encontra a Empresa. Ele contempla as seguintes etapas: revisão do Plano Estratégico; implantação da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ); adequação do Modelo Operacional (Cadeia de Valor e Estrutura), priorização e otimização de 22 processos-chave. Ações que dado a complexidade destas serão acompanhadas em toda a duração dos trabalhos, de um Plano de Gestão da Mudança e do Monitoramento de Resultados.

A administração tem desenvolvido medidas para redução de suas despesas na busca do equilíbrio econômico e financeiro, dentre as quais, estão o plano de saúde e o pós-emprego que representa um passivo de R\$ 8,4 bilhões no qual foi reconhecido no resultado do exercício de 2016, R\$ 1,3 bilhão a título de provisão com o pós-emprego saúde e previdência.

Com realação ao Plano de Saúde no qual as despesas no exercício de 2016, foram na ordem de R\$ 1,7 bilhão, a Empresa, em 07/04/2017, registrou Pedido de Mediação e Conciliação Pré-Processual, no Tribunal Superior do Trabalho, solicitando mediação para alteração na forma de custeio do benefício, cujo modelo atual atribui à empresa participação de 93% das despesas, enquanto os empregados arcam com 7%. A proposta contempla um modelo de custeio das despesas com paridade, onde a ECT arcaria com 50% e os empregados com 50%. Ainda não houve acordo e as negociações continuam, caso aprovada, haverá a redução nas despesas com saúde e pós-emprego.

Os Correios, na figura de mantenedor e patrocinador do Plano de Saúde e Fundo de Pensão, respectivamente, realizam acompanhamento por meio da realização de auditorias internas.

As auditorias realizadas no fundo de pensão são de caráter obrigatório, com fundamento no art. 25 da Lei Complementar 108, de 29/05/2001 e § 2º do art. 41 da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, bem como da Resolução CGPAR 09/2016 de 10/05/2016. Dessa forma, as auditorias ocorrem anualmente e prioritariamente sobre as unidades com base em seus riscos totais de modo que aquelas com maior risco total são auditadas primeiro que as de menor risco.

O acompanhamento consiste na avaliação da eficácia e da tempestividade das providências adotadas pelos gestores visando a eliminação das causas, nos termos das recomendações e determinações formuladas pela Auditoria Interna, pelas Auditorias Externas contratadas para avaliação nessas entidades, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Outra iniciativa de grande vulto encontra-se na imunidade tributária recíproca validada pela sistemática de repercussão geral pelo STF. A tese reiterada diversas vezes pela Corte estabelece que os Correios são imunes aos impostos incidentes sobre renda, patrimônio e serviços, seja como delegatária de serviço público essencial, seja como prestadora de serviços em regime concorrencial.

Os Correios, enquanto longa manus da União, não fazem jus ao direito de suscitar o desequilíbrio econômico-financeiro na prestação do serviço público nos termos das Leis nº 8.987/1995 e 8.666/1993, possuindo a obrigação legal de prestar os serviços públicos a ela delegados, independentemente da remuneração percebida. Logo, preexcluída de qualquer imposto, a Empresa passa a ter custos menores e consegue manter de maneira mais saudável o serviço que lhe é atribuído.

No atual cenário, os Correios encontram-se amparados pelo direito de não ter contra si a cobrança do IPTU, IPVA e ISS, assumindo de maneira plena, em 2016, os efeitos da imunidade por meio do registro no patrimônio do direito relativo aos créditos tributários de pagamento indevido de IRPJ e de PIS e COFINS pagos pela sistemática não cumulativa, fato de fundamental importância para auxiliar na manutenção dos serviços públicos delegados aos Correios.

O resultado prático da imunidade tributária recíproca ocasionará uma economia financeira salutar, pois verte para benefício do próprio serviço público a parcela que seria destinada para os entes federativos na forma de impostos.

Apesar dos resultados negativos apresentados, os Correios, por serem uma empresa pública, não se submetem aos regimes falimentar e de recuperação disciplinados pela Lei de Falência, n.º 11.101/2005. A Empresa equipara-se à Fazenda Pública visto que presta serviços públicos, seguindo rito distinto dos aplicáveis aos empresários e as sociedades empresárias.

Mesmo em estado de insolvência, não pode ser decretada à organização pública a situação de falência, uma vez que a mesma é tida como um braço da União. Desse modo, os compromissos assumidos por ela são garantidos pelo Estado na condição de “subsidiário”. Portanto, numa situação de falência, mesmo que não decretada, cabe ao Estado fazer aportes de capital em suas organizações para que elas possam se reafirmarem no mercado e voltem a apresentar resultados positivos e contribuir novamente para a economia do país.

1.2 – Programa de Integridade

Os Correios iniciam processo para implantação e aprimoramento do Programa de Integridade dos Correios, reforçando a atuação empresarial conforme o interesse público e demais princípios que regem a Administração Pública, com a finalidade de:

- Aprimorar os padrões de ética e conduta, além da criação e aprimoramento das demais políticas, normas e procedimentos que forem necessários;
- Realizar ações de comunicação, cursos e treinamentos efetivos para disseminação das normas e conteúdo de que trata o item anterior;
- Aprimorar os canais de denúncias e de fluxos e processos para seu tratamento;
- Aprimorar o procedimentos e instâncias responsáveis pelas ações de responsabilização disciplinar;
- Implementar ações de remediação necessárias, que contemplem o constante aprimoramento dos processos de trabalho.

O programa de integridade dos Correios tem o comprometimento da alta direção da empresa conforme Termo de Compromisso assinado em 2016.

Os Correios e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União – CGU assinaram acordo de cooperação técnica com o objetivo de ampliar as ações de articulação, com vistas ao aprimoramento das respectivas atribuições institucionais, por meio de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências e informações.

Outra ação da empresa é a troca de informações, conhecimentos, iniciativas e experiências nacionais e internacionais no combate à corrupção. Essa troca de experiências ocorrem nas reuniões do grupo de trabalho anticorrupção do Pacto Global que é uma iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

As estimativas adotadas pela administração incluem perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões passivas, fundos de pensão e a determinação de vida útil econômica dos ativos. Contudo, embora os Correios utilizem suas melhores estimativas e julgamentos, os resultados reais podem apresentar diferenças em relação às mencionadas estimativas, em decorrência de possíveis eventos futuros.

Alguns valores relativos aos exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual e estão apresentadas na nota 3.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, benefício pós-emprego e distrato do Banco Postal evidenciados a valor presente, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo e julgamentos críticos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Imunidade Tributária Recíproca

Nos últimos anos o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está amparada pelo art. 150, VI, "a" da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional.

Fundamenta a Corte que a imunidade aplica-se tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos Pareceres Técnicos dos assessores tributários decidiu reconhecer no patrimônio os efeitos da cobrança indevida, em tempos pretéritos, do Imposto de Renda e da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos.

O registro dos créditos tributários de IRPJ foi efetuado em 2016, concomitantemente ao início do pleito de restituição dos valores na esfera administrativa, enquanto os relativos ao PIS e à COFINS serão compensados no decorrer dos exercícios seguintes.

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos fiscais diferidos de IRPJ, assim como todos os passivos fiscais diferidos relativos a este imposto, por considerar que a matéria Imunidade Tributária Recíproca dos Correios resta definida e reiterada e não representa riscos contingenciais por existir precedentes favoráveis emitidos pelo STF em sede de recursos dotados de repercussão geral.

Os impactos da imunidade estão refletidos conforme quadro a seguir:

Balanco Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Reversão de IR Diferido ¹	(1.997.606)	Reversão de IR Diferido ²	1.290.725
Constituição Ganhos Contingenciais Imunidade ³	1.396.158	Patrimônio Líquido	
		Aumento	689.277

1) A reversão de ativo fiscal diferido de R\$ 1.997.606 é soma de 872.298 de reversão de IR diferido sobre movimentação temporária detalhado na nota 16.2 mais R\$1.125.307 dos 1.165.261 das reversões de IR diferido sobre ORA detalhados na nota 16.3;

2) A reversão de passivo fiscal diferido de R\$ 1.290.725 é soma de 51.184 de reversões de IR sobre movimentações temporárias detalhado na nota 16.2 mais R\$1.239.541 dos(1.242.141) das reversões de IR diferidos sobre ORA detalhados na nota 16.3;

3) O valor detalhado na nota 8.4.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Empresa registra ativo fiscal diferido de contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, sendo o efeito fiscal destes eventos reconhecidos no resultado na proporção da probabilidade de que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para prover a realização dos direitos.

O ativo de CSLL diferida sobre Outros Resultados Abrangentes origina-se dos valores registrados neste grupo à título de benefício pós emprego. Já o passivo fiscal diferido sobre o Patrimônio Líquido origina-se pela obrigação tributável atrelada ao valores do custo atribuído aos bens imóveis, cujos efeitos fiscais também constam registrados no Patrimônio Líquido. A empresa identifica no acréscimo patrimonial promovido pelo custo atribuído uma oportunidade que pode gerar lucro tributável futuro capaz de garantir a realização do ativo fiscal diferido sobre o ORA.

As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação dos ativo fiscal diferido são baseadas no Orçamento da Empresa, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis tais como, consecução de novos negócios e implementação de metas para a redução de despesas, os quais podem não se realizar até o final do período projetado.

A partir do exercício de 2016 constam registrados no Patrimônio apenas os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos de CSLL em decorrência da decisão da Diretoria Executiva referendada pelo Conselho de Administração em aplicar os efeitos dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a Empresa é imune a impostos, por força do artigo 150, VI, "a" da Constituição Federal.

c) Plano de Pensão

A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado.

Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

d) Plano de Saúde

A Empresa é patrocinadora mantenedora do Plano de Saúde e reconhece os custos do plano, repassando recursos financeiros para a operadora, com o objetivo de cobrir as despesas com a rede credenciada e demais custos de administrativos. O reconhecimento da despesa incorrida baseia-se nas prestações de contas enviadas pela mantida, mensalmente.

Os compromissos futuros com o plano são provisionados com base no cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

e) Provisões para Contingências

A Empresa discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. A estimativa de risco para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos.

No exercício de 2016, a Alta Gestão aplicou os efeitos da Imunidade Tributária Recíproca (art.150, VI,"a", da CF) sobre as obrigações fiscais diferidas de IRPJ, revertendo os saldos contábeis contra o Patrimônio Líquido, por entender como perda remota qualquer ação judicial que discuta a Imunidade a este imposto.

Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão modificar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

2.2 – Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação dos Correios, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

2.3 – Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as informações dos Correios, de sua subsidiária Correiospar e dos fundos de investimento dos quais os Correios são cotistas exclusivos. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, após efetuadas as eliminações referentes às operações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores reconhecidos são representados por: Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O Caixa e Equivalentes de Caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. As aplicações financeiras estão classificadas como títulos mantidos para negociação.

A Correiospar mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

2.5 – Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD. Esta é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas incorridas na realização desses créditos. O valor da PECLD pode ser ajustado com base na recuperação dos valores das perdas incorridas, bem como pela mudança na situação financeira dos clientes.

2.6 – Estoques

Os estoques são compostos de produtos, mercadorias e materiais para consumo, venda e revenda e produtos em consignação e são reconhecidos na contabilidade por ocasião da compra dos produtos pelo custo de aquisição.

Os Correios utilizam o critério de Custo Médio Ponderado para valorar seus estoques e apurar o CMV, ajustados ao valor realizável líquido, quando esses apresentarem-se menores que o valor de custo.

Quando aplicável, é constituída a perda não dedutível de estoque classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

2.7 – Adiantamentos

Estão representados, na maior parte, por saldos de adiantamentos salariais e adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte ou em parcelas, conforme acordo coletivo.

Os demais adiantamentos são constituídos, principalmente, por valores a receber de empregados cedidos aos órgãos públicos, líquidos da perda não dedutível constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pagos.

2.8 – Convênio Postal Saúde – Ativo / Passivo

O convênio com a Postal Saúde engloba a prestação de serviços de assistência à saúde, plano de benefício medicamentos e saúde ocupacional.

A prestação de contas entre a Postal Saúde e Correios é realizada com base nos atendimentos efetuados na rede credenciada, momento em que a despesa executada é reconhecida como definitiva e a diferença como provisão.

Com relação aos repasses efetuados, a diferença entre estes e a prestação de contas é reconhecida como adiantamento ou obrigação a pagar.

2.9 – Investimentos

2.10 – Participações Societárias

O investimento na controlada - Correiospar, é avaliado, mensalmente, pelo método de equivalência patrimonial, com base no seu Patrimônio para o devido reconhecimento no balanço da controladora.

2.11 – Propriedades para Investimento

Composto pelos imóveis mantidos para geração de renda ou para valorização (cedidos, alugados, desocupados) estando esses reconhecidos pelo custo de aquisição acrescido do custo atribuído, quando houver.

As políticas de classificação adotadas pela Empresa para classificação dos imóveis como de propriedades para investimento são:

- Cedidos/alugados - Imóveis próprios com 50% ou mais da área edificada, ocupada por terceiros;
- Desocupados - Imóveis próprios sem uso pelos Correios ou com 50% ou mais da área ocupada por terceiros em processos de desocupação.

A depreciação dos imóveis e instalações cedidas e alugadas é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual, conforme laudo de avaliação emitido por empresa contratada para este fim em 2014. Entretanto, anualmente há uma avaliação da consistência dos percentuais praticados.

2.12 – Demais Investimentos

Os demais investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo histórico.

2.13 – Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear, baseando-se na vida útil econômica e no valor residual quando houver, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais Equipamentos de Proc. de Dados	5 anos	5 anos
Computador e Impressora	5 anos	4 anos
Máquinas e Equipamentos.	10 anos	10 anos
Motocicletas	4 anos	3 anos
Veículos Leves - Carga até 1.000 Kg	5 anos	6 anos
Veículos Leves - Carga acima de 1.000Kg	5 anos	7 anos
Veículos Motorizados Pesados	6 anos	10 anos
Veículos Não-Motorizados	5 anos	5 anos
Moveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Ferramentas e Instrumentos	5 anos	5 anos

O método de depreciação, a vida útil econômica e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Terrenos não são depreciados.

As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias definitivas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, momento em que se inicia a depreciação/amortização.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação ou o tempo de vida útil da obra dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na Demonstração do Resultado do Exercício em que o ativo foi baixado.

2.14 – Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear, com base na vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

2.15 – Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

2.15.1 – Ativos Financeiros

Conforme disciplina o CPC 38, anualmente, os Correios efetuam estudos sobre os seus ativos financeiros a fim de estabelecer o percentual de perda incorrida sobre os ativos e assim constituir as perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, composta por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender a legislação societária e fiscal (Lei 9.430/96).

Devido ao desempenho negativo que vem ocorrendo desde o exercício de 2002, os Correios mantêm a perda não dedutível de 100% nos seus investimentos em incentivos fiscais FINAM/FINOR.

Os Correios realizaram, em dezembro de 2015, testes de recuperabilidade em seus investimentos não relevantes (Participação em Companhias Telefônicas), baseando-se na cotação dos papéis no mercado, com base em dados fornecidos pelos bancos que detêm a custódia dos títulos. O resultado desse estudo apontou que não há indicações de desvalorização, não tendo assim a necessidade de reconhecimento de perdas. Em 2016, não ocorreram indícios de imparidade.

2.15.2 – Investimentos

Para propriedades para investimento é verificado se existe indicativo de perda dos imóveis com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo de perda, procede-se a avaliação do bem no mercado ou mantêm-se o valor contábil.

Para o investimento na Correiospar, mantém-se o valor contábil ajustado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

2.15.3 – Imobilizado/Intangível

Para os bens imóveis, anualmente, é verificado se existe indicativo de perda dos imóveis com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo de perda, procede-se a avaliação do bem no mercado ou mantêm-se o valor contábil.

Em 2014 foram reconhecidos ajustes ao valor recuperável de 141 imóveis que estavam com o valor contábil acima do valor de mercado. Em 2016, após avaliação interna, verificou-se que as condições presentes à época da elaboração dos laudos emitidos por empresa contratada em 2014 não tiveram alterações significativas, mantendo-se o ajuste realizados naquele exercício.

Para os bens móveis e intangíveis (softwares) a perda do valor recuperável é reconhecida, mensalmente, com base na vida útil econômica, e por meio da depreciação/amortização é reconhecido o desgaste e a perda do bem.

2.16 – Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam a melhor estimativa.

Como os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores são de recebimento/pagamento de curto prazo, cálculos realizados pela Empresa demonstram que o ajuste a valor presente não seria relevante.

2.17 – Obrigações com Fornecedores

São realizadas, mensalmente, provisões de despesas com fornecedores, para os casos em que não são possíveis as entradas dos documentos fiscais no sistema até a data do fechamento contábil, atendidas as seguintes condições:

- a) existir uma obrigação futura de um evento passado;
- b) existir saída provável de recursos; e
- c) existir estimativa confiável da obrigação.

2.18 – Obrigações Financeiras a Pagar

Com a realização do distrato do Banco Postal, os valores antes registrados como receita a apropriar foram atualizados e passaram a ser registrados como obrigações financeiras a pagar. Considerando as características do distrato, os valores referentes aos juros sobre saldo remanescente a ser devolvido, na época foram diferidos em 30 meses. Contudo, em dezembro/2016, com a assinatura do segundo Termo Aditivo ao Instrumento do Contrato de Correspondente – Banco Postal, o valor da última parcela, a ser paga em janeiro/2017, foi diferida em 36 meses.

2.19 – Empréstimos e Financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, acrescido de encargos e juros incidentes ao decorrer do período, com base na taxa de juros efetiva prevista contratualmente.

2.20 – Provisões e Passivo Contingente

As provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor dessa obrigação possa ser feita.

A Empresa é parte, como ré, em diversos processos judiciais e administrativos de natureza processual trabalhista, cível e fiscal. A avaliação da probabilidade de perdas considera as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico cuja classificação e determinação do valor estimado de perda está sob responsabilidade da área jurídica dos Correios.

As provisões, relativas aos processos cujos graus de risco são classificados como perda provável, são reconhecidas em função da existência de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidação da mesma e é possível fazer uma estimativa confiável do valor. Tais provisões são revisadas e ajustadas levando em consideração as alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

No entanto, os passivos contingentes, relativos aos processos cujos graus de risco foram classificados como perda possível, são divulgados em nota explicativa tendo em vista que não satisfazem os critérios de reconhecimento estabelecidos pela legislação.

2.21 – Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade dos Correios e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de plano de saúde pagáveis ao fim do vínculo empregatício com a aposentadoria

do empregado. Os riscos sobre os benefícios pós-emprego de previdência complementar são avaliados anualmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1).

A Empresa é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Variável – PostalPrev.

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Esse Plano reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio, pensão por morte ou renda vitalícia). A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

Nos planos de Benefício Definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem sobre patrocinadores, participantes e assistidos na forma prevista na Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 28/2008. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões, assim definido como em extinção. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008 e, em 2010, houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do adicional da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA.

Conforme posicionamento e recomendações da STN/MF e do DEST/MP em 2014, o valor original registrado no Balanço Patrimonial dos Correios não é devido pela Patrocinadora (Correios), acrescido da atualização de INPC mais 6% de juros, ser revertido. Assim, naquele ano, houve a reversão da provisão a título de RTSA atualizada no valor de R\$ 1.086 milhões com contrapartida o resultado do exercício.

Durante o exercício de 2015, os Correios contrataram a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, para emitir parecer técnico atuarial sobre a RTSA do Plano de Benefício Definido (PBD), o qual apresentou interpretação diversa da STN a respeito da natureza da RTSA. Nessa esteira, haja vista a dissonância das posições técnicas, a empresa efetuou consulta formal junto ao órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar – PREVIC, nos termos da Lei 12.154/2009.

Nesse contexto, em razão da posição legal vinculante do DEST, os Correios não reconhecem provisão contábil a título de RTSA, aguardando a recomendação do órgão de controle (PREVIC) que ratifique ou eventualmente modifique essa interpretação.

Em 2016 o Conselho de Administração dos Correios destacou o tema RTSA e a Diretoria Executiva aprovou a contratação de serviços especializada para avaliar a conformidade da folha de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de RTSA. A partir dessa aprovação, a Diretoria Executiva estabeleceu como objeto da contratação com a inclusão de serviços especializados para avaliar a conformidade da folha de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de RTSA.

Desde o exercício de 2013, os Correios reconhecem os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 R1:

- a) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- b) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da Empresa.

No caso do Postalís, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada, e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no Balanço Patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos dos Correios. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

2.22 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

Os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho, devidamente estabelecidas no início de cada ano, efetua o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais a seus empregados e dirigentes.

Para a PLR dos empregados, mensalmente, respeitando o regime de competência, é constituída pela Empresa uma obrigação a pagar no passivo de um percentual de 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas não podendo o montante final a pagar exceder a 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

2.23 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculadas conforme as leis tributárias promulgadas na data do balanço, compreendem os impostos correntes e diferidos e constam reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quanto aos valores dos impostos diferidos diretamente sobre itens de ajuste de avaliação patrimonial e sobre outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%, ambos incidem sobre o lucro contábil ajustado, sendo considerado em cenário de lucro tributável as compensações de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em observância as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos foram reconhecidos somente na proporção da probabilidade da existência de lucro tributável futuro para compensar os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal de IRPJ e a base negativa de CSLL.

A assunção da Imunidade Tributária ocasionou no exercício de 2016 a reversão dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ constituídos sobre o resultado, sobre outros resultados abrangentes e sobre o ajuste de avaliação patrimonial, os dois últimos no Patrimônio Líquido.

Conforme orienta o CPC 32, a reversão dos valores ocasionou os seguintes impactos:

- afetou o resultado do exercício por meio da reversão dos direitos fiscais diferidos anteriormente constituídos sobre o resultado; e
- afetou o saldo do Patrimônio Líquido:
 - a) por meio da reversão das obrigações fiscais diferidas anteriormente constituídos sobre no ajustes de avaliação patrimonial; e
 - b) por meio da reversão dos direitos fiscais diferidos anteriormente constituídos sobre outros resultados abrangentes;

O detalhamento específico dos valores encontra-se nas notas 16.2 e 16.3.

2.24 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros dos Correios são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e recebíveis; e
- Disponível para venda.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado referem-se às aplicações financeiras mantidas para negociação.

Os empréstimos e recebíveis são valores a receber de clientes e da controlada Correiospar, sendo esses, ativos financeiros não derivativos, com recebimentos determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, menos perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros disponíveis para venda referem-se, principalmente, as ações de companhias telefônicas que são instrumentos financeiros não avaliados pela método de equivalência patrimonial e são classificados neste grupo por não serem classificados nos demais grupos de ativo financeiro. Contudo, permanecem classificados no realizável a longo prazo em função da Empresa não ter intenção de vender estas ações.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.25 – Gestão do Risco Financeiro

2.25.1 – Fatores de Risco

Os Correios no exercício de 2016, adotou medidas para estruturar os processos de avaliação de riscos, essas ações alcançam as exigências apresentadas na Lei 13.303/2016 e Decreto 8.945/2015 que regulamenta a referida lei.

As atividades dos Correios a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O Departamento de *Compliance* e Gestão de Riscos, vinculado à Presidência é o responsável por coordenar as atividades relacionadas a conformidade e gerenciamento de riscos. A gestão dos riscos financeiros é de responsabilidade dos departamentos e centrais vinculadas a Vice-Presidência de Finanças e Controles Internos.

2.25.2 – Risco de Mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como: taxas de juros e paridades cambiais e preços de commodities. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas, dos valores do serviço e da amortização das dívidas contratadas.

Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF fazem o acompanhamento e gestão dos investimentos mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. O Departamento Financeiro faz o acompanhamento do desempenho dos fundos em relação ao benchmarking, e recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos.

Os Correios fazem gestão do fluxo de caixa mediante a projeção das entradas e saídas de caixa, coleta diária de movimentações financeiras de pagamento e recebimento, conciliação do fluxo de caixa e avaliação de saldo disponível, possibilitando a análise da situação financeira da empresa.

2.25.3 – Risco de Crédito

A Empresa possui definido em seus manuais políticas voltadas para os processos que envolvem a crédito de clientes, faturamento e cobrança. Os riscos são geridos corporativamente pela Central

de Operações Financeiras de São Paulo – CEOFI-SP, em que acompanham e indicam eventos desconformes, suas origens, a avaliação das consequências e mensuração de seus impactos.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam, conforme política definida, a qualidade do crédito em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes (Nota 5).

2.25.4 – Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazo é realizada pelo Departamento Financeiro que tem por atribuição monitorar as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo Departamento Financeiro. Os Correios investem o excesso de caixa em aplicações financeiras e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões mencionadas. As aplicações financeira da empresa estão detalhadas na nota 4.

2.25.5 – Gestão do Capital

Com os resultados dos últimos anos a estrutura de Capital do Correios, tende a apresentar uma situação que não possa suportar a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

A administração vem adotando ações conforme nota 1.1 para mitigar esses riscos e reverter a situação apresentada nos últimos dois exercícios.

2.26 – Receitas e Despesas

Os Correios têm como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

2.27 – Alteração de Normas

2.27.1 – Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa.

2.27.2 – Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 *Financial instruments*, o IFRS 15 *Revenue from contracts with customers* e o IFRS 16 *Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Empresa no futuro.

- **IFRS 9 *Financial Instruments*:**

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais

alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

- **IFRS 15 Revenues from contracts with customers:**

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

- **IFRS 16 Leases:**

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 *Revenues from Contracts with Customers* e IFRS 9 *Financial Instruments* ainda estão sob análise da administração da Empresa, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

3.1 – Impacto da reclassificação sobre o ativo em 01 de janeiro de 2016.

	Consolidado		
	Em31 de dezembro de 2015 (Publicado)	Ajustes ⁽¹⁾	Em31 de dezembro de 2016 (Reclassificado)
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.196.100	-	1.196.100
Caixa	737	220.754	221.491
Aplicações	1.190.338	(220.754)	969.584

(1) Reclassificação das operações compromissadas referente aos fundos 13A, 13B, 13C, todos do Banco do Brasil, bem como o Fundo X da CEF, para o caixa.

3.2 – Impacto da reclassificação sobre o passivo em 01 de janeiro de 2016

	Consolidado		
	Em31 de dezembro de 2015 (Publicado)	Ajustes ⁽¹⁾	Em31 de dezembro de 2016 (Reclassificado)
Passivo			
Circulante	4.112.402	-	4.112.402
Fornecedores	1.099.131	(398.501)	700.630
Provisões com Patrocinadas/Mantidas	-	398.501	398.501

(1) Reclassificação de Fornecedores para as Provisões com Patrocinadas/Mantidas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (Reclassificado)
Caixa	831	697.671	737	221.491
Bancos	6.192	6.195	5.025	5.025
Aplicações	1.682.004	1.014.807	1.158.551	969.584
TOTAL	1.689.027	1.718.673	1.164.313	1.196.100

4.1 – Caixa: em 31/12/2016, o valor de R\$ 831 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.495 unidades de atendimento, presentes nos os estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2017. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referente aos fundos: 13A, 13B, 13C, todos do Banco do Brasil, bem como o Fundo X da Caixa Econômica Federal.

4.2 – Bancos: representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2016 é de R\$ 6.192.

4.3 – Aplicações: de acordo com a Resolução nº 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução nº 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em Fundos de Investimento Extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal - CEF, pelo Banco do Brasil S.A - BB, ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), no qual os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC.

As disponibilidades financeiras estão aplicadas em Fundos de Investimentos Extramercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos Extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

4.3.1 – Títulos Mantidos para Negociação

4.3.1.1 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2016

Instituição	Fundo	Consolidado					Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	Aplicações	
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR			
BB	13 A	22.297	868.136	1.595	2.693	894.721	
BB	13 B	672.639	61.546	337	158.578	893.100	
BB	13 C	551	40.436	-	101.944	142.931	
CEF	Fundo X	1.353	15.046	222	91.741	108.362	
BB	Cotas Fundo ¹	-	29.643	78	-	29.721	
Totais		696.840	1.014.807	2.232	354.956	2.068.835	

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

4.3.1.1.1 – Posição em 31/12/2016

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
LTN	965.410	70,36
NTN-F	50.965	3,71
NTN-B	327.484	23,87
Cotas – Fundo ¹	29.722	2,17
Subtotal	1.373.581	100,12
Ajustes ²	(1.586)	(0,12)
Total	1.372.015	100,00
Imposto de Renda	(2.232)	0,16
Líquido	1.369.763	99,84

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2027, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807
TOTAIS	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.566)	1.014.807

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2018	32.223	1.998	97.685	-	-	-	131.906
2019	15.940	1.436	57.656	-	-	-	75.032
2020	15.331	-	20.974	-	-	-	36.304
2021	-	12.877	74.005	-	-	-	86.882
2023	-	11.930	-	-	-	-	11.930
2025	-	8.395	-	-	-	-	8.395
2027	-	4.507	-	-	-	-	4.507
TOTAIS	63.494	41.143	250.319	-	-	-	354.956

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

4.3.1.2 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2015

Instituição	Fundo	Consolidado					Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	Aplicações	
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR			
BB	13 A	20.857	574.116	1.055	-	596.028	
BB	13 B	90.935	239.303	2.356	572.423	905.017	
CEF	Fundo X	108.962	124.379	2.172	218.155	453.668	
BB	Cotas Fundo ¹	-	31.787	84	-	31.871	
Totais		220.754	969.585	5.667	790.578	1.986.584	

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa".

4.3.1.2.1 – Posição em 31/12/2015

APLICAÇÃO	Consolidado 2015	(%)
LTN	575.185	32,57
NTN-B	1.158.821	65,62
Cotas – Fundo ¹	31.871	1,80
Subtotal	1.765.877	100,00
Ajustes ²	(47)	0,00
Total	1.765.830	100,00
Imposto de Renda	(5.667)	0,32
Líquido	1.760.163	99,68

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2020, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2016	575.185	368.243	31.871	(5.667)	(47)	969.585
TOTAIS	575.185	368.243	31.871	(5.667)	(47)	969.585

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	-	219.095	-	-	-	219.095
2018	-	395.709	-	-	-	395.709
2019	-	110.697	-	-	-	110.697
2020	-	65.077	-	-	-	65.077
TOTAIS	-	790.578	-	-	-	790.578

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	2016	2015
Serviços Faturados	1.435.184	1.495.953
Serviços a Faturar	173.564	163.704
Cartões de Crédito	14.156	11.495
ACF/Prestação de Contas	401	681
ACF/Débitos Negociados	-	514
ACC/Prestação de Contas	2.360	2.307
Débitos ACC	35	-
AGC/Prestação de Contas	136	120
Débitos Internacionais	437.547	826.376
AGF/Prestação de Contas	208	1
AGF/ Débitos Negociados	1.914	2.201
Valores a receber de AGF	67.711	66.342
Direito a receber AGF – Lei postal	1.466	1.110
Outros Débitos de Clientes	3	16
TOTAL	2.134.685	2.570.820

O detalhamento de serviços faturados, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	2016	2015
Vencidos até 30 dias	69.065	108.956
Vencidos de 31 a 60 dias	13.566	61.746
Vencidos de 61 a 90 dias	8.175	46.521
Vencidos de 91 a 120 dias	3.969	10.667
Vencidos de 121 a 180 dias	21.860	4.863
Vencidos de 181 a 365 dias	17.997	5.926
Acima de 365 dias	14.234	5.422
Total de Valores Vencidos	148.866	244.101
A Vencer	1.286.318	1.251.852
Total a Receber	1.435.184	1.495.953

5.1 – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, à base de 31,93% e 5,92% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

PECLD – 2016	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2016 (31,93% do saldo)	33.110
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2016 (5,92% do saldo)	4.320
TOTAL	37.430
PECLD – 2015	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2015 (36,59% do saldo)	11.120
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2015 (8,32% do saldo)	7.708
TOTAL	18.828

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e das perdas não dedutíveis.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2016	2015
Saldo Total em 1º de janeiro	18.828	24.915
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(130)	(3.234)
PECLD não dedutível em 1º de janeiro	18.698	21.681
Adições	18.639	-
Baixas	-	(2.983)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	37.337	18.698
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	93	130
Saldo Total em 31 de dezembro	37.430	18.828

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas não dedutíveis é adicionado à apuração do Lucro Real.

5.2 – Serviços Faturados: correspondem aos direitos a receber de clientes, por serviços prestados ou produtos vendidos.

5.3 – Serviços a Faturar: representam os direitos a receber por serviços prestados ou produtos vendidos a clientes, em processo de emissão de fatura.

5.4 – Cartões de Crédito: crescimento de R\$ 2.661 registrado na rubrica referente ao aumento dos recebíveis pagos na modalidade de Cartão de Crédito, quando da venda de produtos e serviços.

5.5 – ACF/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.6 – ACC/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos permissionários, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.7 – Débitos Internacionais: o valor de R\$ 437.547 corresponde aos direitos decorrentes das relações dos Correios e outros Correios mundiais. O saldo de 2016 ainda traz influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios estão obrigados a seguir. Para esta conta foi constituída uma PECLD na ordem de R\$ 5.812, referente aos valores a receber em 2016 que os Correios ainda aguardam o pagamento.

5.8 – Débitos Negociados de AGF: referem-se a valores em atraso, a receber de AGF, com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento.

5.9 – Direito a Receber de AGF – Lei postal: corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

5.10 – Valores a Receber de AGF: referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos.

MATERIAIS ESTOCADOS	2016	2015
Material para consumo	60.327	48.058
Material para revenda/almojarifados	23.060	24.311
Material em consignação	565	326
Perdas com estoque	(2.695)	(918)
TOTAL	81.257	71.777

NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

7.1 – Créditos com Pessoas Ligadas

CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	2016	2015
Serviço Saúde	55.199	61.704
Dividendos a Receber	28	82
TOTAL	55.227	61.786

7.1.1 – Serviço Saúde: o valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos), realizados pelos Correios, os quais ainda não foram inclusos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

7.1.2 – Dividendos a Receber: o valor registrado na controladora refere-se ao repasse de atualização monetária dos dividendos mínimos obrigatórios da Controlada referente ao exercício de 2015.

7.2 – Adiantamentos

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento Salarial	3.577	3.577	3.334	3.358
Adiantamento de Férias	121.652	121.652	115.471	115.479
Demais Adiantamentos	5.420	5.420	3.937	3.937
TOTAL	130.649	130.649	122.742	122.774

7.2.1 – Demais Adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referente aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

7.3 – Impostos e Encargos Sociais a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ISS - Retenção por Clientes	1.223	1.223	5.389	5.389
IRRF/Aplicações Financeiras	3.148	3.227	6.548	6.631
IR a Restituir	203.778	204.873	231.161	231.482
CSLL a Restituir	35.038	35.142	32.279	32.286
PIS a Restituir/Compensar	-	-	46	46
COFINS a Restituir/Compensar	57	57	268	268
Outros	33.708	33.709	72.947	72.947
TOTAL	276.952	278.231	348.638	349.049

7.3.1 – IR e CSLL a Restituir: as contas abrigam os saldos dos tributos retidos por clientes e não utilizados até o final do exercício por ocasião de apuração de prejuízo fiscal. Estes valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de imposto de renda e base negativa de CSLL e serão utilizados no exercício seguinte para pagamentos de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

7.3.2 – PIS e COFINS a Restituir/Compensar: refere-se a créditos fiscais atualizados decorrentes da parcela paga indevidamente sobre as regras do regime não-cumulativo, cujo alcance não atinge os entes imunes conforme artigo 150, VI, “a” da CF.

7.4 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2016	2015
Faturas em Cobrança Jurídica	126.375	117.223
PECLD de Faturas em Cobrança Jurídica	(125.229)	(116.738)
Cheques em Cobrança Jurídica	-	9
Perdas Não-Dedutíveis de Cheques Cob. Jurídica	-	(8)
Alcances	-	5
Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica	8.866	7.349
Perda Não-Dedutível de Débitos de Empregados	(8.580)	(6.908)
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica - Empregados	(275)	(275)
Cobrança Jurídica de Débitos de Terceiros	98.950	85.759
Perda Não-Dedutível de Débitos de Terceiros	(98.007)	(85.668)
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica de Terceiros	(92)	(92)
Inadimplentes – ACF	512	871
Inadimplentes com Cobrança Jurídica - ACF	118	118
Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF	4.424	4.284
Perdas Não-Dedutíveis de ACF	(4.438)	(4.848)
Perdas Dedutíveis ACF	(433)	(722)
Inadimplentes - ACC	915	596
Inadimplentes com Cobrança Jurídica - ACC	49	49
Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACC	2.151	2.320
Perdas Dedutíveis ACC	(927)	(1.374)
Perdas Não-Dedutíveis de ACC	(2.126)	(2.831)
Inadimplentes AGF	6.984	5.238
Inadimplentes com Cobrança Jurídica - AGF	697	108
Descredenciadas com Cobrança Jurídica - AGF	2.645	2.644
Perdas Não-Dedutíveis de AGF	(7.232)	(6.142)
Cobrança Jurídica - ISS	21.396	14.939
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica - ISS	(398)	(398)
Perdas Não-Dedutíveis Cobrança Jurídica - ISS	(20.998)	(14.541)
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica de Terceiros	(92)	(92)
TOTAL	5.347	967

7.4.1 – Faturas em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 126.375 refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual utilizado para a constituição de Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD nos processos em “Cobrança Jurídica” foi revisado, conforme o CPC 38, baseado nos levantamentos dos acordos judiciais sob responsabilidade da área jurídica que estão sendo cumpridos pelo devedor, bem como os valores de recebimento dos acordos ocorridos até dezembro de 2016.

PECLD – 2016	
98,25% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	64.325
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	51.707
100% das empresas em recuperação judicial	9.197
Saldo final da PECLD em 31/12/2016	125.229
PECLD – 2015	
99% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	47.956
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	68.782
Saldo final da PECLD em 31/12/2015	116.738

A seguir, o demonstrativo da movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2016	2015
Saldo Total em 1º de janeiro	116.738	101.549
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(68.782)	(77.160)
- PECLD não dedutível em 1º de janeiro	47.956	24.389
Adições	26.494	71.945
Baixas	(928)	(48.378)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	73.522	47.956
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	51.707	68.782
Saldo Total em 31 de dezembro	125.229	116.738

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas não dedutíveis é adicionado à apuração do Lucro Real.

7.4.2 – Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF: o montante de R\$ 4.424 refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas devido ao descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, os Correios têm ajuizado ações de cobrança. A perda não dedutível de ACF é constituída à base de 64% do saldo da conta inadimplentes ACF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

7.4.3 – Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 8.866 refere-se a débitos de ex-empregados, apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial, e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. Mensalmente, é constituída uma perda não dedutível à base de 100% do saldo acumulado na rubrica.

7.4.4 – Cobrança Jurídica de Terceiros: refere-se à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. O aumento de R\$ 13.191 refere-se, principalmente, ao direito a receber de multas aplicadas em fornecedores. A perda não dedutível é constituída à base de 99% do saldo registrado nesta rubrica.

7.4.5 – Inadimplentes AGF: refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. A perda não dedutível de AGF é constituída à base de 56% do saldo da conta inadimplentes AGF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

7.5 – Outros Créditos

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Vale Postal Internacional - Importação	171	171	161	161
Outros Débitos de Terceiros	7.515	7.515	20.298	20.298
Outros Débitos de Empregados	5.477	5.477	10.253	10.253
Venda de Imóveis Funcionais	9	9	751	751
Bens Sucateados	461	461	-	-
TOTAL	13.633	13.633	31.463	31.463

7.5.1 – Outros Débitos de Terceiros: o montante de R\$ 7.515 refere-se, principalmente, a multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 85% das multas aplicadas a fornecedores.

7.5.2 – Outros Débitos de Empregados: o montante de R\$ 5.477 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros. A perda não-dedutível é constituída a base de 82% da rubrica.

7.5.3 – Venda de Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 9 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída, anualmente, de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal, para posterior repasse.

7.5.4 – Bens Sucateados: refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte que, no exercício de 2016.

NOTA 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 – Investimentos não Permanentes

8.1.1 – Outras Aplicações – DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina a legislação vigente que tratam de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	2016	2015
Participações não Relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda Não-Dedutível no Investimento	(28.062)	(28.062)
Outros Investimentos	895	895
TOTAL	4.411	4.411

8.1.1.1 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR: são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo da conta, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

8.2 – Imóveis Funcionais Vendidos: o valor de R\$ 18 corresponde a resíduo de parcela a venda de imóveis funcionais efetuados em 1991, vencíveis após o exercício seguinte, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90.

8.3 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	2016	2015
Depósitos Judiciais	21.743	26.026
Depósitos Recursais	16.510	16.705
Depósitos Recursais Administrativos	68.269	65.045
Penhora de Numerários	5.353	-
TOTAL	111.875	107.776

Os valores de R\$ 21.743 e R\$ 16.510 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 68.269 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. O valor de R\$ 5.353 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais são exigidos para interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente mensalmente;

c) os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;

d) as penhoras consistem em constrações judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de construção é praticado pela justiça sem que haja prévia comunicação à empresa. As penhoras são realizadas via sistema Bacenjud, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

8.4 – Valores a Compensar:

	2016	2015
Impostos Retidos na Fonte	139.492	139.492
Imunidade Tributária	1.396.158	-
TOTAL	1.535.650	139.492

O saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A. Os créditos fiscais foram solicitados, tempestivamente, em 2016 à Receita Federal mediante pedido de restituição.

O montante de R\$ 1.396.156 refere-se aos créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, pagos indevidamente nos últimos 5 anos e corrigidos monetariamente até 31/12/2016. A empresa, baseada nos julgamentos proferidos pelo Pleno do STF em matéria de repercussão geral, iniciou em 2016 o pleito dos valores na esfera administrativa por meio de pedidos de restituição, por entender ser imune a impostos conforme 150, VI, “a” da Constituição Federal e não se sujeitar a sistemática da não cumulatividade para cálculo do PIS e da COFINS.

8.5 – Convênio Postal Saúde: Representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PEL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

8.6 – Outros:

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros Créditos a Realizar	3.228	1459	2.080	571
Débitos de Ex-Empregados	333	333	1.136	1.136
Outros Débitos de Empregados	1.065	1065	739	706
Ressarcimentos da Correiospar	400	-	134	-
Despesa Estrutura e Serv. Gerais Correiospar	190	-	178	-
TOTAL	5.216	2.857	4.267	2.413

8.6.1 – Outros Créditos a Realizar: do montante de R\$ 3.228 nesta rubrica, R\$ 1.769 refere-se a direito a receber da Correiospar, referente a folha de pagamento e tributos.

8.6.2 – Débitos de ex-empregados: refere-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

8.6.3 – Ressarcimentos da Correiospar: refere-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

8.6.4 – Despesa Estrutura e Serviços Gerais a Correiospar: refere-se a utilização da estrutura e serviços gerais dos Correios para execução das atividades operacionais da Correiospar.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CorreiosPar	28.538	-	30.264	-
Museus e Coleções	1.001	1.001	1.001	1.001
Imóveis Mantidos para Investimento	550.406	550.406	529.012	529.012
Perda ao Valor Recuperável	(34)	(34)	(34)	(34)
Deprec. de Imóveis Mantidos para Investimento	(4.073)	(4.073)	(3.341)	(3.341)
TOTAL	575.838	547.300	556.902	526.638

9.1 – Investimentos Permanentes

9.1.1 – Imóveis Mantidos para Investimentos: Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 2.10. conciliação.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/12/2016 ¹
Terrenos Cedidos/Alugados	72.605	-	-	6.794	(6.794)	-	72.605
Prédios Cedidos/Alugados	6.115	-	-	1.107	(1.107)	(127)	5.988
Terrenos Desocupados	428.006	-	(1.374)	143.931	(122.116)	-	448.447
Prédios Desocupados	18.921	-	(144)	6.049	(5.384)	(191)	19.251
Impairment Desocupados	(34)	-	-	-	-	-	(34)
Instalações Desocupadas	24	-	(2)	1.076	(1.051)	(4)	43
TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	525.637	-	(1.520)	158.957	(136.452)	(322)	546.300

O valor líquido em 31/12/2016 corresponde ao valor líquido de 31/12/2015 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

9.2 – Correiospar: Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Durante o exercício de 2016, a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 1.479, diminuindo o saldo deste investimento para R\$ 28.901, ao aplicar o método de equivalência patrimonial.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 2.13.

Rubrica	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2016
Terrenos	3.696.986	2.974	(1.625)	131.418	(148.702)	-	3.681.051
Impairment Terrenos	(491)	-	-	-	-	-	(491)
Prédios	1.436.432	1.862	(7.810)	41.571	(7.691)	(34.902)	1.429.462
Impairment Prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	(50.435)
Instal. em Prédios Próprios	18.850	2.881	-	11.724	(212)	(3.481)	29.762
Benfeit. em Imóveis de Terc.	34.629	1.224	(229)	20.406	(441)	(14.777)	40.812
Obras em Andamento	196.695	40.010	-	2.346	(78.802)	-	160.248
Subtotal De Imóveis	5.332.666	48.951	(9.664)	207.464	(235.848)	(53.160)	5.290.409
Móveis e Utensílios	237.057	19.840	(2.551)	6.243	(5.044)	(37.455)	218.090
Maquinas e Equipamentos	193.004	114.296	(1.409)	164.663	(57.258)	(24.828)	388.468

Rubrica	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2016
Veículos Motorizados	551.322	(330)	(1.304)	(661)	661	(60.998)	488.690
Veículos não Motorizados	7.073	1.419	(149)	13	(13)	(2.111)	6.232
Ferramentas e Instrumentos	617	64	(10)	9	(9)	(263)	409
Equip. Processamento de Dados	216.931	54.733	(165)	11.991	(6.938)	(64.166)	212.385
Aquisições em Andamento	94.034	50.978	-	52.918	(156.121)	-	41.809
Subtotal de Móveis	1.300.038	241.000	(5.588)	235.176	(224.722)	(189.821)	1.356.083
TOTAL IMOBILIZADO	6.632.704	289.951	(15.252)	442.640	(460.570)	(242.981)	6.646.491

O valor líquido em 31/12/2016 corresponde ao valor líquido de 31/12/2015 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 2.14.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência entrada	Transferência saídas	Depreciação / Amortização	Valor Líquido em 31/12/2016 ¹
Software, Licenc. Similares	113.343	26.147	(1)	18.312	(22.887)	(28.967)	105.947
TOTAL INTANGÍVEL	113.343	26.147	(1)	18.312	(22.887)	(28.967)	105.947

(1) O valor líquido em 31/12/2016 corresponde ao valor líquido de 31/12/2015 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 12 – PASSIVO CIRCULANTE

12.1 – Fornecedores: representam as obrigações referentes às aquisições de materiais, produtos e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

Fornecedores	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Material, Produtos e Serviços	785.565	785.565	1.098.978	1.098.978
Consignações	150	150	149	149
Outros	18	18	4	4
TOTAL	785.733	785.733	1.099.131	1.099.131

12.2 – Salários e Consignações: correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações Trabalhistas	15.731	15.731	16.181	16.181
INSS - Empregado	43.578	43.578	40.383	40.383
Postalis (BD) - Empregado	17.654	17.654	1.942	1.942
Postalis (PostalPrev) - Empregado	46.845	46.845	24.576	24.576
Retenção SEST/SENAT	2	2	2	2
Férias	1.068.500	1.068.500	1.014.506	1.014.506
Honorários	-	-	-	32
TOTAL	1.192.310	1.192.310	1.097.590	1.097.622

O aumento de R\$ 94.720 neste grupo deve-se, principalmente, aos valores descontados dos empregados, relativos à contribuição para o Postalis BD e Postalis (Postalprev), ocorridas em função do não pagamento, em dezembro/2016, da parcela apropriada referente ao 13º salário e à

folha de pagamento de dezembro/2016. Ademais, houve o aumento na contribuição do Postalís BD, visando ao equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

12.3 – Encargos Sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS - Empregador	128.553	128.553	122.336	122.336
Postalís - Empregador	17.822	17.822	2.017	2.017
SENAI Adicional	956	956	900	900
Salário Educação	11.938	11.938	11.234	11.234
FGTS	56.928	56.928	53.451	53.451
INSS - Contribuinte Individual	240	240	338	338
INSS - Cooperativas	-	-	1	1
PostalPrev - Empregador	44.466	44.466	22.820	22.820
TOTAL	260.903	260.903	213.097	213.097

O acréscimo de R\$ 15.805 e R\$ 21.646 nas rubricas Postalís e Postalprev empregador, respectivamente, ocorreu em função do não pagamento em dezembro/2016 da parcela apropriada referente ao 13º salário e a folha de pagamento de dezembro/2016. Ademais, houve o aumento na contribuição do Postalís BD, visando ao equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

12.4 – Impostos e Contribuições: correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, às contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS Empresas - Retenção Fonte	6.565	6.565	6.633	6.633
INSS Retenção - Contribuinte Individual	122	122	166	166
Cofins	56.213	56.213	52.197	52.197
Pasep	11.272	11.272	11.189	11.189
ICMS	6.167	6.167	2.556	2.556
ISSQN - Retido De Terceiros	5.758	5.758	5.740	5.740
IRF - Retido De Empregados	49.273	49.273	44.224	44.224
IRF - Retido De Terceiros	2.635	2.635	2.727	2.727
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	23.706	23.706	28.689	28.689
Outras Obrigações Tributárias	610	610	129	129
TOTAL	162.322	162.322	154.250	154.250

12.5 – Arrecadações e Recebimentos: as obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Emissão Vale Postal Nacional	5.632	5.632	10.786	10.786
Vale Postal Internacional - Importação	239	239	291	291
Vale Postal Internacional - Exportação	192	192	70	70
Reembolso Postal – Entrega	20	20	85	85
Venda de Título de Capitalização	2.131	2.131	1.651	1.651

ARRECAÇÃO E RECEBIMENTOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Venda de Produtos de Terceiros e Consignados	193	193	402	402
Recebimento de Contas – Serviços Públicos	20	20	24	24
Recebimento de Contas – Serviços Particulares	55	55	63	63
Recebimento para o Postalis	31.631	31.631	31.538	31.538
Recebimento de Imposto de Importação	6.184	6.184	11.605	11.605
Serviços Virtuais	229	229	259	259
Certificado Digital	1.814	1.814	1.690	1.690
Outros Recebimentos/Arrecadações	140	140	131	131
TOTAL	48.480	48.480	58.595	58.595

12.5.1 – Emissão de Vale Postal Nacional: o valor de R\$ 5.632 corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

12.5.2 – Recebimento para o Postalis: refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

12.5.3 – Recebimento de Imposto de Importação: refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

12.5.4 – Certificado Digital: refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

12.5.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados: referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc.

12.6 – Adiantamentos de Clientes: refere-se, principalmente, a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de dezembro.

12.7 – Contas Internacionais a Pagar: o valor de R\$ 86.149 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2016 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

12.8 – Precatórios Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de 2016 equivale às obrigações vencíveis em 2017.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Circulante)	89.145	89.145	87.840	87.840
TOTAL	89.145	89.145	87.840	87.840

12.9 – Provisões com Patrocinadas/Mantidas:

Provisões	2016	2015
Correios Saúde	387.894	389.001
Previdência	22.160	9.500
Benefício Definido - BD	20.678	8.300
PostalPrev	1.482	1.200
TOTAL	410.054	398.501

12.10 – Empréstimos e Financiamentos: A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Data	Saldo da Obrigação Inicial	Amortização Principal	Encargos* Financeiros	Despesa do exercício	Saldo da Obrigação Líquida
31/12/2016	750.000	-	(29.076)	999	721.923

*Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Despesas Bancárias

Características	CCB ¹ - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da Obrigação Inicial	750.000
Data de Emissão	28/12/2016
Vencimento Final	28/12/2021
Remuneração	De 125 a 130% do CDI
Exigibilidade de Juros	Mensal a partir de Jan/2017
Encargos Financeiros Totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais consecutivas a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias.

1 - Cédula de Crédito Bancário.

2 - Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Despesas Bancárias.

12.11 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: dos R\$ 26.600 registrados nesta rubrica, R\$ 2.513 referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, R\$ 1.066 à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, R\$ 772 refere-se a dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, R\$ 1.448 relativos à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, referente ao critério utilizado para definição dos empregados elegíveis e inelegíveis, em 2012, 2013 e 2014, R\$ 20.801 refere-se a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

12.12 – Receitas a Apropriar: do montante de R\$ 19.068, registrado nesta rubrica, R\$ 19.065 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2016; e R\$ 3 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios.

12.13 – Obrigações Financeiras a Pagar:

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL			
Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do Distrato (a primeira parcela, paga em 02/01/2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04/01/2016, no valor de R\$ 749.834), restando a parcela com vencimento estabelecido para 02/01/2017.

Em 05/12/2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução prevista no Distrato. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05/12/2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 (um, trinta e seis avos) do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais serão atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, a partir de 05/12/2016 até a data do seu efetivo pagamento, sendo que o vencimento da 1ª parcela se dará em 02/01/2017. Ao final do exercício a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL				
Data	Saldo da Obrigação	Amortização da dívida	Despesa do exercício	Dívida Total
31/12/2016	1.351.063	(749.834)	253.699	854.928

12.14 – Convênio Postal Saúde:

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saúde Ocupacional	4.614	4.614	8.413	8.413
Ressarcimento de Despesas Administrativas	71.295	71.295	1.796	1.796
Ambulatórios	-	-	10.423	10.423
Benefício Medicamentos	948	948	-	-
TOTAL	76.857	76.857	20.632	20.632

12.15 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Convênio Sesi/Senai	7.905	7.905	5.280	5.280
Caução de Fornecedor	27.745	27.745	17.827	17.827
Outros Créditos Diversos	2.248	2.248	3.736	3.736
Valores a Regularizar	18.021	18.021	3.582	3.582
TOTAL	55.919	55.919	30.425	30.425

12.15.1 – Convênio Sesi/Senai: o montante de R\$ 7.905 refere-se à parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao SESI/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

12.15.2 – Caução de Fornecedores: o valor de R\$ 27.745 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

12.15.3 – Valores a Regularizar: os R\$ 18.021 são referentes a venda de bens do ativo fixo, no valor de R\$ 17.627 e o montante de R\$ 394 refere-se a movimentação de numerários para agências próprias.

NOTA 13 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

13.1 – Benefício Pós-Emprego

13.1.1 – Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)			
Descrição		2016	2015
	CorreiosSaúde	6.532.848	5.917.519
	Benefício Definido – BD	1.934.287	1.619.721
	Total da obrigação atuarial¹	8.467.135	7.537.240
Despesas			
Descrição		2016	2015
A	CorreiosSaúde Ativos	1.522.482	1.617.056
B	CorreiosSaúde Aposentados	218.029	164.024
C=A+B	CorreiosSaúde Total	1.740.511	1.781.080
D	Despesa com Provisão Pós-Emprego Saúde	1.059.265	901.873
E=B+D	Total da Provisão do Pós-Emprego Saúde²	1.277.294	1.065.897
F	Despesa Postalís Empregador	192.444	99.350
G	Despesa Administrativa/outros Postalís	(20.810)	(39.607)
H	Despesa com Provisão Pós-Emprego Previdência	148.824	381.855
I=F+G+H	Total das Despesas com Pós-Emprego Previdência³	320.458	441.598
J=E+I	Total Provisão Pós-Emprego	1.597.752	1.507.495

1. Devido às peculiaridades do Plano Postalís – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 17.822 em 2016 Nota 12.3., registrados na conta Postalís – Empregador em encargos sociais e R\$ 20.678 referente a Postalís Empregador registrado no subgrupo Provisões com Patrocinadas/Mantidas – Nota 12.9.

2. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Correios Saúde para 2016;

3. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Postalís - BD para 2016

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

13.1.1.1 – Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo Território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalís e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

13.1.1.2 – Plano de Previdência – Previdência Complementar

- **PostalPrev – CV**

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postalis. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

- **Benefício Definido – BD**

O Plano de Benefício Definido do Postalis foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

13.1.1.3 – Quantidade de participantes

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES DOS PLANOS								
Descrição	2016				2015			
	Ativos	Assistidos	Dependente	Total	Ativos	Assistidos	Dependente	Total
CorreiosSaúde	117.901	24.426	262.654	404.981	121.450	21.933	270.791	414.174
PostalPrev - CV	103.588	3.344	-	106.932	107.667	2.939	-	110.606
Benefício Definido - BD	65.301	26.044	-	91.345	72.259	24.814	-	97.073

13.1.1.4 – Análise de Riscos

Os Planos de Benefícios Definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre os Correios e participantes e assistidos, na ordem de 50% para a empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2006.

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

Risco de Investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em títulos públicos, quotas de fundos de investimentos (curto prazo, renda fixa, ações, direitos creditórios, participações e imobiliário), entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de Taxa de Juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

Risco de Rotatividade	A hipótese atuarial de rotatividade é utilizada para representar a mobilidade dos empregados do patrocinador, com reflexos no plano de benefícios, sendo importante para a projeção dos dispêndios do plano com o pagamento de resgate ou portabilidade. Deve estar relacionada a fatores específicos do patrocinador: política de recursos humanos, periculosidade, localização do emprego, entre outros, e baseada na experiência observada no plano
Risco de Longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

13.1.1.5 – Avaliação Atuarial

Em 2016, a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.

O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

13.1.1.6 – Principais Premissas

As principais premissas usadas na avaliação atuarial, considerando a base dados coletada em novembro de 2016, foram as seguintes:

Descrição	PREMISSAS ATUARIAIS					
	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Financeiras:						
Taxas de juros de desconto atuarial anual	11,39%	19,31%	10,58%	19,31%	11,39%	19,31%
Taxas de juros real de desconto atuarial anual	6,56%	7,22%	5,78%	7,22%	6,56%	7,22%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	6,84%	15,13%	4,53%	11,28%
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	4,54%	11,28%	4,53%	11,28%
Taxa média de inflação anual	4,53%	11,28%	4,54%	11,28%	4,53%	11,28%

PREMISSAS ATUARIAIS

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A	N/A	10,58%	19,31%	11,39%	19,31%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento	1,58%	2,52%	-	-	-	-
Taxa de crescimento real dos custos por aumento nos valores dos procedimentos.	2,00% a.a.	1,81% a.a.	-	-	-	-

Demográficas:

Taxa de rotatividade	1,04% até a aposentadoria e 0,00% após	2,81% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	1,04% até a aposentadoria e 0,00% após	2,81% até 48 anos e 0% após 48 anos	0,71% até aposentadoria e 0,00% após	0,80% até 48 anos e 0% após 48 anos
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 DISABLED M F	AT 49 (Agravada em 50%)	RP 2000 DISABLED M F	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 M (A65%) e AT 49 F (A75%)	AT 49 M(A65%) F(A75%)
Tábua de entrada de invalidez	Light Média D60%	Álvaro Vindas	Light Média D60%	Álvaro Vindas	Light Fraca	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento

Composição familiar para custos de pensão:

Participantes/aposentados	Média Hx definida pelo administrador do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano	Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	Média Hx definida pelo administrador do plano	Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	Média Hx definida pelo administrador do plano
---------------------------	---	---	--	---	--	---

Principais Hipóteses e Parâmetros:

Taxa de juros de desconto	11,39% a.a.	19,31% a.a.	10,58% a.a.	19,31% a.a.	10,86% a.a.	19,31% a.a.
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 M F					

PREMISSAS ATUARIAIS

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	2,00% a.a.	1,81% a.a.	-	-	-	-

Para o CorreiosSaúde, foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

13.1.1.7 – Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Custo do Serviço:						
Custo de serviço corrente líquido	(159.220)	(213.264)	45.306	(5.961)	(14.455)	47.473
Custo de juros líquido	(1.118.074)	(852.633)	-	5.782	(306.003)	(489.071)
Provisão para Planos de Benefícios e Outros Benefícios Pós-Emprego	(1.277.294)	(1.065.897)	90.241	(179)	(320.458)	(441.598)
Remensurações do Plano de Benefício Definido:						
Ganhos e perdas sobre o ativo justo		-	(63.773)	(39.875)	14.217	(585.508)
Reversão da provisão de RTSA		-		-	-	-
Ganhos e perdas sobre a obrigação atuarial de benefício definido:						
- Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	789.268	322.462	58.894	6.891	228.184	511.624
- Ganhos e perdas resultantes da alteração de pressupostos Financeiros	(440.865)	967.954	(6.330)	37.746	(664.140)	885.264
- Ganhos e perdas resultantes de alteração de pressupostos demográficos	95.533	(91.536)	12.267	(16.713)	(22.086)	(103.696)
Mudança da restrição da obrigação atuarial		-		-	314.566	(163.909)
Juros sobre o efeito da restrição da obrigação atuarial		-		-	-	-
Mudança do teto do ativo		-	91.299	(54.027)	-	-
Efeito do não reconhecimento em exercícios anteriores		-		-	-	-

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Total dos Componentes Registrado em Outros Resultados Abrangentes	443.936	1.198.880	(90.241)	(65.977)	(129.259)	543.775
Total dos Componentes de Custo do Plano de Benefício Definido	(833.357)	132.983	(44.935)	(66.156)	(449.717)	102.177

13.1.1.8 – Status do Fundo e Passivo/Ativo Reconhecidos

STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Status do Plano de Benefícios:						
Valor presente da obrigação atuarial	(6.532.847)	(5.917.519)	(346.640)	(366.184)	(9.216.715)	(8.325.253)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial		-		-	1.934.287	1.619.721
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida	(5.917.519)	(346.640)	(346.640)	(366.184)	(7.282.428)	(6.705.532)
Valor justo dos ativos do plano no final do período		-	534.107	462.352	5.348.141	5.085.811
Passivo/Ativo Líquido: Status do Plano de Benefícios: Déficit/Superávit	(6.532.848)	(5.917.519)		96.168	(1.934.287)	(1.619.721)
(-) Efeito da restrição sobre o ativo		-	187.467	-	-	-
Responsabilidade Líquida Decorrente da Obrigação do Plano de Benefício	(6.532.848)	(5.917.519)		96.168	(1.934.287)	(1.619.721)
Movimentação do Passivo/Ativo Reconhecido no Balanço:						
Passivo/Ativo Reconhecido no Início do Período	(5.917.519)	(6.214.526)	-	-	(1.619.721)	(1.783.630)
Reversão da provisão da RTSA	-	-	-	-	-	-
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	218.029	164.024	44.935	66.156	135.151	61.732
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.277.294)	(1.065.897)	45.306	(179)	(320.458)	(441.598)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	443.936	1.198.880	(90.241)	(65.977)	(129.259)	543.775
Passivo/Ativo Reconhecido no Final do Período	(6.532.848)	(5.917.519)	-	-	(1.934.287)	(1.619.721)
Apuração do Efeito do Limite do Teto de Ativo (asset ceiling)						
Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	-	-		-	-	-

Descrição	STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS					
	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	-	-	187.467	96.168	-	-
Apuração do Efeito do Compartilhamento de Risco pelos Participantes e Assistidos do Plano:						
Valor presente das contribuições extraordinárias de amortização do déficit	-	-	-	-	1.934.287	1.619.721
Efeito da Restrição sobre a Obrigação Atuarial (Participantes e Assistidos)	-	-	-	-	1.934.287	1.619.721

13.1.1.9 – Conciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial

Descrição	CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL					
	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Início do Período	(5.917.519)	(6.214.526)	(366.184)	(314.203)	(8.325.253)	(8.719.528)
Custo de Juros	(1.118.074)	(852.633)	(68.911)	(43.108)	(786.977)	(1.195.405)
Custo de Serviço Corrente	(159.220)	(213.264)	(7.637)	(53.537)	(85.908)	(16.737)
Benefícios Pagos pelo Plano	218.029	164.024	31.261	16.740	439.465	313.225
Despesa Administrativa Paga pelo Plano		-		-	-	-
Remensurações de Ganhos/Perdas Atuariais:	443.936	1.198.880	64.831	27.924	(458.042)	1.293.192
Decorrentes de Ajuste de Experiência	789.268	322.462	58.894	6.891	228.184	511.624
Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	95.533	(91.536)	12.267	(16.713)	(22.086)	(103.696)
Decorrente de Alterações de Premissas Financeiras	(440.865)	967.954	(6.330)	37.746	(664.140)	885.264
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Final do Período	(6.532.848)	(5.917.519)	(346.640)	(366.184)	(9.216.715)	(8.325.253)

13.1.1.10 – Descrição da Política de Investimentos

A política de investimentos do Fundo é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalís. A política tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de

benefícios, buscando o equilíbrio atuarial do plano. Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando:

- a) Taxa esperada de retorno;
- b) Preservação de capital;
- c) Diversificação;
- d) Tolerância a risco;
- e) Estabilidade;
- f) Liquidez; e
- g) Regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

13.1.1.11 – Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

As taxas de desconto atuariais foram definidas considerando a *duration* dos Planos: de Benefícios Definido – BD em 13,3 anos (NTN-F com vencimento em 01/01/2027), de Contribuição Variável – Postalprev em 19,4 anos (NTN-B com vencimento em 15/05/2035), e CorreiosSaúde em 14,5 anos (NTN-F com vencimento em 01/01/2027), ocasionando na definição das taxas percentuais de 6,56% a.a. para o Postalis BD e CorreiosSaúde e 5,78% a.a. para o Postalprev.

13.1.1.12 – Conciliação do Valor Justo dos Ativos do Plano

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano:

Descrição	CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO					
	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	-	-	462.352	356.344	5.085.811	5.152.269
Receita de Juros	-	-	68.911	48.890	480.974	706.334
Contribuições do Patrocinador	218.029	164.024	44.435	66.156	135.151	61.732
Contribuições dos Participantes	-	-	52.943	47.576	71.453	64.210
Benefícios Pagos pelo Plano	(218.029)	(164.024)	(31.261)	(16.740)		(313.225)
Despesas Administrativas do Plano	-	-	-	-	(439.465)	-
Ganhos/Perdas sobre os Ativos do Plano (Excluindo a Receita de Juros)	-	-	(63.773)	(39.875)	14.217	(585.508)

Descrição	CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO					
	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	-	-	534.107	462.352	5.348.141	5.085.811

13.1.1.13 – Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o Plano nesta demonstração de posição financeira do final do período.

Descrição	ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)						Parâmetros
	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		HCCTR		
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
CorreiosSaúde							
Valor Presente da Obrigação Atuarial	6.717.433	6.345.483	6.714.262	6.359.613	6.348.971	6.724.984	6.532.848
Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Plano	(6.717.433)	(6.345.483)	(6.714.262)	(6.359.613)	(6.348.971)	(6.724.984)	(6.532.848)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial	2,83%	-2,87%	-2,65%	2,78%	2,94%	-2,81%	-
Aumento/Redução dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução do Superávit/Déficit Técnico do Plano	2,83%	-2,87%	-2,65%	2,78%	2,94%	-2,81%	-
PostalPrev – CV							
Valor Presente da Obrigação Atuarial	343.330	350.217	344.703	348.959	N/A	N/A	346.640
Valor Justo dos Ativos do Plano	296.412	296.412	296.412	296.412	N/A	N/A	296.412
Superávit/Déficit do Plano	(46.918)	(53.805)	(48.291)	(52.546)	N/A	N/A	(50.228)

Variações:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		HCCTR		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial	-0,95%	1,03%	-0,56%	0,67%	N/A	N/A	-
Aumento/Redução dos Ativos do Plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/Redução do Superávit/Déficit Técnico do Plano	-6,59%	7,12%	-3,86%	4,62%	N/A	N/A	-
Postalís – BD							
Valor Presente da Obrigação Atuarial	9.316.404	9.113.688	8.955.119	9.491.521	N/A	N/A	9.216.715
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.348.141	5.348.141	5.348.141	5.348.141	N/A	N/A	5.348.141
Superávit/Déficit do Plano	(3.968.263)	(3.765.547)	(3.606.978)	(4.143.381)	N/A	N/A	(3.868.574)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial	1,08%	-1,12%	-2,84%	2,98%	N/A	N/A	-
Aumento/Redução dos Ativos do Plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/Redução do Superávit/Déficit Técnico do Plano	2,58%	-2,66%	-6,76%	7,10%	N/A	N/A	-

13.1.1.14 – Projeção de Resultados e Pagamentos para 2017

O resultado e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

PROJEÇÕES PARA 2017			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido - BD
Montantes de:			
Custo do Serviço Corrente Líquido	(180.323)	43.699	61.137
Custo de Juros Líquido	(744.091)	19.834	(440.631)
Total da Despesa/Receita a Reconhecer	(924.414)	63.533	(379.494)

13.2 – Passivos Contingentes: os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas de construção civil e ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2016, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

13.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingências:

Natureza	Saldo em 31/12/2016	Reversão / Conversão (1)	Provisões adicionais	Atualização monetária	Registro Complementar	Saldo em 31/12/2015
DEMANDAS JUDICIAIS						
Trabalhista	410.392	(55.013)	37.150	31.779	1.974	394.502
Civil	54.855	(9.557)	31.467	3.232	3.680	26.033
Tributária	9.492	(9.917)	61	978	-	18.370
TOTAL	474.739	(74.487)	68.678	35.989	5.654	438.905
DEMANDAS ADMINISTRATIVAS						
Trabalhista	-	(2)	-	-	2	-
Civil	-	(34)	-	2	0	32
Tributária	1	-	-	1	(2)	2
TOTAL	1	(36)	-	3	-	34

(1) Refere-se à alteração do risco para perda possível ou remota ou conversão para precatório a critério do departamento jurídico.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais, recursais conforme valores detalhados na nota 9.3.

Em 31/12/2016, os Correios eram réus em 6.268 processos classificados como de perda provável. Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
TAF Linhas Aéreas	Cível Alteração Contratual	27.234
Manhães Advogados Associados	Cível Recebimentos de honorários sucumbenciais	6.192
Tiefbau-Engenharia	Cível Correção monetária de faturas	5.263
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços de fevereiro/89(Plano Verão)	32.546
Roberto Mascarenhas das Virgens	Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	12.481
Edson Tadeu Tavares e Outros	Trabalhista Anistia Constitucional	4.291
SINTECT – Bahia	Trabalhista Adicional de Periculosidade e Honorários Advocatícios	3.218
Maria das Dores Oliveira	Trabalhista Gratificação por função e Progressão Salarial	2.673
União Federal (Governo Federal)	Fiscal Contribuição Previdenciária	915

13.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

13.2.2.1 – Perda Possível

Em 31/12/2016, os Correios eram réu em outros 18.129 processos judiciais nas esferas cível, fiscal, trabalhista e criminal, com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante atualizado é de R\$ 2.402.536, bem como em mais 371 processos do âmbito administrativo, cujo montante corresponde a cerca de R\$ 2.406.786. De acordo com o CPC 25, não cabe provisão para essas contingências, em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

13.3 – Tributos Compensados: O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL.

TRIBUTOS COMPENSADOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributos Compensados	11.203	11.203	10.911	10.911
TOTAL	11.203	11.203	10.911	10.911

13.4 – Tributos Diferidos: Com base no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes. Foram considerados também passivos diferidos sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização.

Em decorrência da assunção da Imunidade Tributária Recíproca, os saldos dos passivos fiscais diferidos de IRPJ foram revertidos contra o resultado do exercício, quando a origem se justifica por diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização e contra o patrimônio líquido quando a origem refere-se a impostos diferidos sobre o custo atribuído aos bens imóveis.

TRIBUTOS DIFERIDOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR Diferido	-	-	1.290.725	1.290.725
CSLL Diferido	473.321	473.321	464.661	464.661
TOTAL	473.321	473.321	1.755.386	1.755.386

13.5 – Mandados e Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de 2016 equivale às obrigações vencíveis em 2018:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Não-Circulante)	18.642	18.642	38.163	38.163
TOTAL	18.642	18.642	38.163	38.163

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 – Composição Acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
	<p>Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.868.964 para R\$ 2.919.060, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050.095.</p> <p>O estatuto dos Correios, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, informava o Capital Social de R\$ 1.868.964.</p> <p>A 1ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201.267, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070.231. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848.829) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5 de 2011.</p> <p>A 6ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de mais R\$ 194.737, oriundos da reversão de investimento realizadas no exercício 2011, fazendo com que o Capital Social atingisse o montante de R\$ 2.264.968.</p> <p>Em 2012 foi proposta a capitalização de mais R\$ 418.561, oriundos das reservas de investimento realizadas no decorrer do exercício (R\$ 380.965) e da reserva de capital (R\$ 37.596), majorando o Capital Social para R\$ 2.683.529. Aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 21/03/2013 e ratificado na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 19/04/2013. Decisão de adiamento, para ulterior Assembleia, da proposta de aumento do capital social, conforme parecer da STN nos termos da 3ª Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>No exercício de 2013 foi publicado novo estatuto, aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, informando o Capital Social dos Correios de R\$ 2.070.231.</p> <p>Em 2013, juntamente com as Demonstrações Financeiras, houve a capitalização de R\$ 495.929, oriundos de reservas de investimento, fazendo com que o Capital Social seja de R\$ 3.179.458.</p> <p>Em 2014, a 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, delibera pela aprovação do aumento do capital social, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras de 2013.</p> <p>No exercício de 2016, em função da absorção do prejuízos do exercício, não há proposta de aumento de Capital Social. O valor do Capital está em processo de atualização no estatuto.</p>

14.2 – Ajuste de Avaliação Patrimonial: valores correspondentes à adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo Atribuído - Imóveis	4.931.965	4.931.965	4.961.407	4.961.407
Tributo Diferido	(443.585)	(443.585)	(1.685.776)	(1.685.776)
TOTAL	4.488.380	4.488.380	3.275.631	3.275.631

14.3 – Outros Resultados Abrangentes: valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2016	2015
Passivo Atuarial Líquido – BD	(1.251.016)	(1.121.756)
Tributo Diferido sobre o Passivo Atuarial – BD	112.591	381.397
Passivo Atuarial Líquido – CorreiosSaúde	(2.935.534)	(3.379.472)
Tributo Diferido sobre o Passivo Atuarial – CorreiosSaúde	264.198	1.149.021
Passivo Atuarial Líquido – PostalPrev	(156.218)	(65.977)
TOTAL	(3.965.979)	(3.036.788)

14.4 – Prejuízos Acumulados: o prejuízo do exercício de R\$ 1.489.505 resultando um prejuízo acumulado de R\$ 3.415.777.

NOTA 15 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

15.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	2016	2015
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	18.886.460	17.781.647
Receitas Nacionais	18.469.796	17.346.424
Receitas Internacionais	416.664	435.223
(-) DEDUÇÕES	669.559	642.919
Impostos e Abatimentos sobre a Receita Bruta	661.479	626.607
Receitas Canceladas	8.080	16.312
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	18.216.901	17.138.728

Em 2016 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 18.216.901. Levando-se em consideração as sete maiores destaques nas vendas, que alcançam 85% da receita líquida, o Franqueamento Autorizado de Cartas – FAC e o SEDEX contribuíram com 47% da receita do período.

RECEITAS	2016	(%)	2015	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas - FAC	5.440.878	30	5.148.657	30
Sedex	3.017.398	17	3.037.098	18
Carta	2.698.664	15	2.519.066	15
PAC	1.978.787	11	1.585.916	9
Banco Postal	1.177.102	6	1.164.351	7
Mala Direta Postal	495.008	3	570.188	3
E-Sedex	692.743	4	536.425	3
TOTAL	15.500.580	85	14.561.701	85

15.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2016 atingiram R\$ 15.429.599. Desse total, R\$ 10.116.470 referem-se a custo com pessoal, encargos e serviço saúde, o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

	2016	2015
Pessoal	10.116.468	9.632.464
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	8.375.959	7.851.407
Serviço Saúde	1.740.509	1.781.057
Material e Produtos	292.410	243.596
Serviços Pessoas Físicas/Jurídicas	1.183.302	1.219.910
Utilidades	351.719	330.866
Aluguéis	491.503	423.588
Impostos/Taxas/Contribuições	23.612	22.423
Transporte de Malas e Malotes	1.459.437	1.413.090
Depreciação e Amortização	201.593	205.058
Internacionais	56.194	60.229
Remuneração de AGF	1.253.361	1.060.505
TOTAL	15.429.599	14.611.729

15.3 – Despesas com Vendas/Serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 875.282.

	2016	2015
Propaganda e Publicidade	56.504	192.099
Patrocínio	112.642	193.800
Descontos	534.853	644.656
Provisão para Perdas	49.990	32.843
Remuneração de Unid. Terceirizadas	106.824	117.025
Outros	14.469	23.870
TOTAL	875.282	1.204.293

15.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$3.788.380, sendo que a despesa de R\$ 3.782.856 refere-se à Controladora e R\$ 5.524 refere-se à Controlada.

	2016	2015
Serviços Pessoa Físicas/Jurídicas	24.913	22.503
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	2.265.632	2.168.440
Impostos/Taxas/Contribuições	1.220	1.744
Precatórios e Provisões	98.372	30.535
Pós-Emprego Previdência	148.824	381.855
Pós-Emprego Saúde	1.059.265	901.873
Outras Despesas	112.247	180.790
Depreciação e Amortização	72.383	65.501
TOTAL	3.782.856	3.753.241

15.5 – Resultado de participação em controlada

Representa valor decorrente do resultado da Correiospar no exercício de 2016.

15.6 – Outras Receitas Operacionais

	2016	2015
Despesas Recuperadas	25.682	58.160
Multas de Fornecedores	93.222	106.426
Atividades não Continuadas	24.384	23.406
Multas de Clientes	37.680	43.269
Anuidade de ACF's	12.730	10.490
Ganhos Contingenciais de IRPJ	558.204	-
Ganhos Contingenciais de COFINS	370.925	-
Ganhos Contingenciais de PIS	72.774	-
Outras	14.123	6.376
TOTAL	1.209.724	248.127

A assunção da Imunidade Tributária Recíproca decorrente da decisão da alta gestão, pautada na consolidada jurisprudência do STF e nos Pareceres de ilustres juristas do direito tributário, ocasionou o registro no patrimônio de créditos tributários.

Os ganhos contingenciais são resultantes da cobrança indevida em tempos pretéritos do imposto de renda pago e retido indevidamente na fonte, além da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força de enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos.

O registro dos créditos tributários de IRPJ foi efetuado, concomitantemente ao início do pleito de restituição dos valores na esfera administrativa, enquanto os relativos ao PIS e à COFINS foram registrados e serão compensados no decorrer do exercício seguinte.

15.6.1 – Despesas Recuperadas: referem-se as despesas recuperadas no exercício de 2016.

15.7 – Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	2016	2015
Impostos Vinculados à Receita	184.645	158.766
Prejuízos na Alienação de Bens	14.056	11.440
TOTAL	198.701	170.206

15.8 – Receitas Financeiras

A redução de R\$ 63.656 no total do grupo deve-se, principalmente, ao decréscimo dos rendimentos das aplicações financeiras e a variação cambial internacional.

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	183.275	187.540	366.599	368.845
Variação Cambial Internacional	108.884	108.884	393.499	393.499
Juros	429.419	429.419	37.320	37.320
IRPJ Imunidade	291.401	291.401	-	-
PIS/COFINS Imunidade	102.853	102.853	-	-
Outros	35.165	35.165	37.320	37.320
Variação Monetária	30.451	30.463	18.597	18.597
Outras Receitas Financeiras	9.222	9.222	8.256	8.256
Variação Cambial Financiamentos	11	11	647	647
TOTAL	761.262	765.539	824.918	827.164

15.9 – Despesas Financeiras

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Encargos Financiamento Dívida Interna	256.008	256.008	337.896	337.906
Varição Cambial	245.569	245.569	194.321	194.321
Perdas em Aplicações Financeiras	39.734	39.734	7.397	7.397
Outras	15.739	15.779	14.680	14.680
TOTAL	557.049	557.089	554.294	554.304

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

16.1 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Alta Gestão definiu que a partir do exercício seguinte a empresa não efetuará o cálculo do IRPJ, uma vez que é ente imune a impostos conforme o artigo 150, VI, “a” da CF. Os tributos Correntes ainda foram calculados em 2016 contemplando o IRPJ, contudo os créditos diferidos sobre este imposto foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

Não houve o reconhecimento na Demonstração do Resultado da despesa com os tributos, IRPJ e CSLL, em virtude da apuração prejuízo fiscal no exercício, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IR E CSLL	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do JSCP	(657.080)	(658.559)	(2.081.644)	(2.081.401)
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	(125.667)	(125.667)	(116.453)	(116.453)
Resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL)	(787.747)	(784.226)	(2.198.097)	(2.197.854)
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(266.158)	(266.661)	(747.353)	(747.286)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(180.543)	(180.523)	7.985	8.116
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	326.601	326.555	611.887	611.933
Adições	516.639	516.703	2.963.021	2.963.067
Exclusões	(190.038)	(190.148)	(2.351.134)	(2.351.134)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	(120.100)	(120.629)	(127.480)	(127.237)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	-	243
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.310)	(11.310)	39.594	39.594
Baixa de Imposto de Renda não recuperável	(821.115)	(821.115)	-	-

16.2 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Diferido

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Ativos de Impostos Diferidos				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	210.024	-	176.156	33.868
Contingências Trabalhistas	66.893	-	49.185	17.708
Contingências Cíveis	18.973	-	13.951	5.022
Fornecedores Provisão	135.248	-	99.244	36.004
Reservas a Amortizar Déficit BD - Postalis	38.791	-	28.523	10.268
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	556.299	-	409.044	147.255
Outras Contingências	112.737	-	83.099	29.638
Ajustes Lei 12.973/2014				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	167	-	123	44
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	17.159	-	12.617	4.542
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	485	-	356	129
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.156.776		872.298	284.478
Passivos de Impostos Diferidos				
Ajustes Lei 12.973/2014				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	69.610	11.310	51.184	29.736
Total de Passivos de Impostos Diferidos	69.610	11.310	51.184	29.736

Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Em decorrência da decisão da alta gestão por assumir os efeitos da imunidade tributária atribuída aos Correios pelo Pleno do STF, em matéria de repercussão geral, foram revertidos todos os créditos diferidos de IRPJ, frente ao entendimento de que a empresa não se sujeita ao pagamento deste imposto. Os reflexos da decisão serão aplicados a partir dos exercícios seguintes, assim a existência de precedentes constitucionais que afastam a incidência do IRPJ do lucro fiscal apurado pelos Correios, ocasiona a reversão do saldo diferido sobre este imposto pela falta de perspectiva de realização futura.

Os valores que constam diferidos sobre movimentações temporárias e bases negativas referem-se aos créditos de CSLL, os quais espera-se realizar por meio de lucros tributáveis futuros.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estima que os créditos tributários registrados sobre a base negativa da CSLL e as diferenças temporárias serão realizados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Valores
2017	1.080
2018	53.000
2019	64.080
2020	56.000
2021	63.900
2022	68.000
2023	69.840
2024	72.000

Ano	Valores
2025	73.080
2026	74.000
Total do Diferido	594.980

As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e aprovado pela Alta Gestão.

16.3 – Contribuição Social Diferida Reconhecida sobre Outros Resultados Abrangentes e Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido:

Os tributos ativos diferidos sobre outros resultados abrangentes, assim como os tributos passivos diferidos sobre o Patrimônio Líquido originaram-se dos efeitos da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em decorrência da decisão da alta gestão por assumir os efeitos da imunidade tributária atribuída aos Correios pelo Pleno do STF, em matéria de repercussão geral, foram revertidos todos os créditos e obrigações diferidas de IRPJ, frente ao entendimento de que a empresa não se sujeita ao pagamento deste imposto.

Os reflexos dessa decisão serão aplicados a partir dos exercícios seguintes, assim a existência de precedentes constitucionais que afastam a incidência do IRPJ do lucro fiscal apurado pelos Correios, ocasiona a reversão do saldo de direitos e obrigações tributárias diferidas sobre este imposto, pela falta de perspectiva de realização/liquidação futura.

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos fiscais diferidos de CSLL em 31/12/2016 após a reversão dos saldos diferidos de IRPJ:

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP)	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Ativo de Impostos Diferidos Decorrentes de Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:				
Benefício Pós-Emprego Plano de Saúde	1.149.021	-	884.822	264.199
Benefício Pós-Emprego BD	381.397	11.633	280.439	112.591
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.530.418	11.633	1.165.261	376.790
Passivos de Impostos Diferidos Decorrentes de Receitas Reconhecidas Diretamente no Patrimônio Líquido:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	1.685.776	-	1.242.191	443.585
Total de Passivos de Impostos Diferidos	1.685.776	-	1.242.191	443.585

O ativo fiscal diferido de CSLL sobre os Outros Resultados Abrangentes manteve-se registrado sob a expectativa de realização de lucros tributáveis futuros decorrentes da alienação dos bens imóveis, que foram submetidos ao custo atribuído.

A realização desses direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.

NOTA 17 – SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa a ter com a adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURADO
Edifício Sede/BSB	Tokio Marine Seguradora S/A	335.903
Edifício Taurisano	Tokio Marine Seguradora S/A	14.373
Edifício Pasteur	Tokio Marine Seguradora S/A	6.889
Universidade Correios	Tokio Marine Seguradora S/A	23.719
Edifício Sede e anexos/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	75.655
TOTAL SEGURADO		456.539

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA 18 – PARTES RELACIONADAS

18.1 – Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

18.2 – Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações Financeiras de 2016, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinadora Mantenedora
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinadora

18.3 – Transações com Partes Relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas Demonstrações Financeiras em questão.

18.3.1 – Transações com a Correiospar:

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, trata-se de subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Os Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“convênio”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

No ano de 2015, os Correios reconheceram o importe de R\$ 134, de acordo com o valor apurado de custos administrativos, tendo como base os parâmetros e procedimentos de cálculo sob a gestão do Departamento de Custos, contabilizado na rubrica Ressarcimentos da Correiospar.

18.3.2 – Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

18.3.3 – Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

Os recursos do Postalis são provenientes das contribuições dos participantes e de sua patrocinadora. Em 2016, os Correios, na qualidade de patrocinador da referida entidade de previdência complementar, contribuiu, em paridade de contribuição normal com o participante, o montante de R\$ 428.569, contabilizado na rubrica do Benefício Definido - BD R\$ 150.167 e Postalprev R\$ 278.402, destinado ao custeio dos benefícios previstos nos regulamentos dos planos de benefícios do Instituto e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento desses Planos.

18.4 – Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		Correiospar		Postal Saúde ¹		Postalis	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Benefícios de Curto Prazo							-	-		
Conselho de Administração/Deliberativo ²	24	24	286	352	154	158	-	-	289	293
Conselho Fiscal	14	14	141	171	73	95	-	-	187	192
Diretoria Executiva	20	20	3.863	4.246	1.035	657	-	-	1.980	2.147
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	294	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58	58	4.290	5.063	1.292	910	-	-	2.456	2.632

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

NOTA 19 – OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	2016	2015
Menor Salário	1.520	1.434
Maior Salário	46.728	46.728

	2016	2015	
Salário Médio	3.895		3.555
Dirigentes		Jan a Nov	Dez/15
Presidente	46.728	46.728	27.841
Vice-Presidentes	40.633	40.633	27.841
Conselheiros		Jan a Nov	Dez/15
Conselho Fiscal	4.475	4.475	3.351
Conselho de Administração	4.475	4.475	3.351

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 – Máquina de Automação da Triagem

A Empresa está adquirindo e modernizando as máquinas de automação da triagem – Mectri e há expectativa de desembolso na ordem de US\$ 98.418 e R\$ 4.081 no exercício de 2017.

20.2 – PDI – Programa de Demissão Incentivada

A Empresa tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de promover a readequação da estrutura e ajustes orçamentários necessários para enfrentar os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Nessa perspectiva, foi implementado o Plano de Desligamento Incentivado – PDI, visando dar aos empregados que atendam a todos os requisitos constantes no Regulamento a possibilidade de se desligarem dos Correios, mediante incentivo financeiro.

O prazo para adesão inicial ao Plano se encerrou em 17/02/2017, reaberto para novas adesões no período de 17 a 24/05/2017, com desligamentos no período de março a junho/2017, ao todo, a expectativa é que 8.200 empregados deverão aderir ao plano com custo de R\$ 1,01 bilhão ao ano.

O Incentivo Financeiro Diferido (IFD) será feito em parcelas mensais consecutivas, durante oito anos, com atualizações anuais aplicadas, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 20 de junho de 2017.

Guilherme Campos Júnior
Presidente e respondendo
interinamente pela Vice-
Presidência do Negócio Postal

Francisco Arsênio de Mello Esquef
Vice-Presidente de Finanças e
Controles Internos

Heli Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente de Gestão de
Pessoas

Paulo Roberto Cordeiro
Vice-Presidente de Serviços

José Furian Filho
Vice-Presidente de Logística

Darlene Pereira
Vice-Presidente de Encomendas

Cristiano Barata Morbach
Vice-Presidente da Rede de
Agências e Varejo

Eugênio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira
Vice-Presidente Corporativo

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora CRC/DF 014.297/O-0